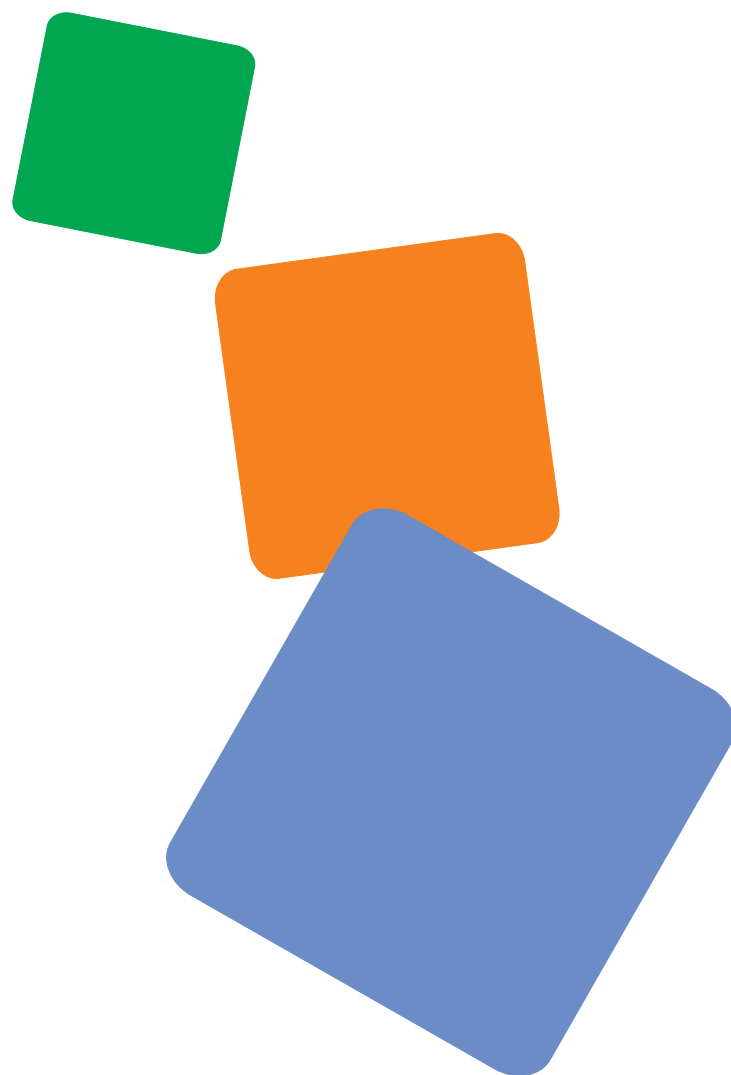


EDUCAÇÃO PARA A PAZ

A arte de amar

Volume II

Caderno de Atividades



VOLUME I
EDUCAÇÃO PARA A PAZ
A ARTE DE AMAR

VOLUME I
EDUCAÇÃO PARA A PAZ
A ARTE DE AMAR

Organizadoras

Gilda Maria Lins de Araujo
Maria José de Matos Luna

Colaboradores

Corinne Elisabeth Raboud
Margarida Maria de Mendonça
Maria de Lourdes Cavalcanti
Francisca Iolani Fernandes Claudino
Mirian Ramos Cardoso Borges
Admilson Borges da Costa e Silva
Lúcia Maria Ramos Cardoso
Bolsista PROEXT: Marília Paes de Andrade França

Editora Universitária
Recife - 2009

2ª Edição Revisada

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

Capa:

Rafael Martins

Projeto Gráfico:

Sérgio Siqueira

Ilustração da capa:

Paulo Lemos

Revisão:

Os colaboradores

Educação para a Paz : a arte de amar / organizadoras, apresentação e conclusão
Gilda Maria Lins de Araújo, Maria José de Matos Luna. – 2. ed. - Recife : Ed.
Universitária da UFPE : 2009.
112 p.

Vários colaboradores

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7315-521-1 (broch.)

1. Paz – Religiosidade. 2. Paz e justiça. 3. Educação – Paz – Escolas
públicas. I. Araújo, Gilda Maria Lins de. II. Luna, Maria José de Matos.

37.035

CDU(2.ed.)

UFPE

370.114

CDD(22.ed.)

BC2008- 086

Homenagem Póstuma

A Lourdinha Cavalcanti

Sua vivência na Arte de Amar e seu zelo na divulgação do Projeto de Educação para a Paz são testemunhos e exemplos que permanecerão.

(Equipe de Educação para a Paz)

APRESENTAÇÃO

Este texto tem como objetivo inspirar você a refletir e agir em favor da Educação para a Paz, na Escola, estabelecimento de instrução, mas também agrupamento de pessoas com afinidade espiritual que exercem atividades dentro de um objetivo comum; e que, ao produzirem o conhecimento comum, ensinam a aprender, mas compreendem, contudo, que ensinar não se trata apenas do esforço de transmissão de um saber acumulado nem tão somente da recepção do objeto ou do conteúdo transferido; antes, associam ao ser humano a compreensão do mundo, dos objetos, da criação, da exatidão científica, do senso comum.

Este é o primeiro volume de uma série de quatro. Apresenta os fundamentos de uma Educação para Paz. Nos outros três, os conceitos teóricos estão diluídos em aplicações na educação básica, imbricados nos resultados, nas experiências e nos depoimentos dos que, diretamente, se beneficiaram das capacitações. Os vários capítulos comungam de uma mesma linha de pensamento. As reflexões trazidas pelos autores propõem-se a fundamentar e articular pensamentos e ações pessoais e coletivas sobre a Paz. Os textos são idealistas e impressionistas fundamentados na espiritualidade da unidade, numa linguagem contrária à realidade objetiva direcionada à paz. A experiência iniciou-se com o retorno de jovens da cidade de Igarassu, interior bem próximo à capital de Pernambuco, Recife, inspirados na 1ª. Conferência Juvenil para o Futuro, realizada em Chiba/Japão, no ano de 2000.

Há um segredo para isso, definido como Arte de Amar, comum ao mundo inteiro e que anima a que ame-

mos por primeiro, e à qual se vincula a regra de ouro: “Faça ao outro aquilo que você gostaria que fosse feito a você”. A recusa ao isolacionismo e à dispersão. A receita continua sendo a fraternidade. Trata-se de uma proposta corajosa de aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação. Pelo exemplo, a corporificação das palavras, digna de crédito e convincente, verificado imediatamente nos depoimentos presentes no histórico.

Naturalmente sua prática resulta de empenho, treinamento diário e até sacrifício; do comprometer-se a levar a paz a todos indiscriminadamente. A exigência dessa responsabilidade educa o ser humano a trabalhar pela construção, nesse novo milênio, de uma civilização digna da pessoa humana. A equipe voluntária e multidisciplinar, responsável pela elaboração e execução do projeto Educar para uma Cultura da Paz nas escolas aspira por um mundo melhor.

A partir daí, as relações educativas são permeadas de respeito ao ser humano favorecendo a superação da fragmentação humana experimentada na sua relação consigo mesmo, o relativismo moral, a ausência de regras na vida individual, nas relações interpessoais e sociais que favorece formas de violência.

Assim, a pedagogia presente é inovadora; vai além do academicismo. Ensinar tudo a todos. Gradação e totalidade são palavras de ordem, como experiência espiritual e educativa forte em contínua expansão, representadas nas etapas do projeto.

A nossa preocupação inicial cujo foco do conhecimento humano está presente nos valores fundamentais da sociedade, vê-se renovada nessa experiência de Educação para a Paz, a esperança de que é possível percebermos a paz positivamente, buscar-se uma compreensão

da multifacetada identidade cultural e intercultural de pessoas, nos mais variados contextos.

O desejo de busca e de encontro não é mais utopia, a racionalidade do diálogo faz-se presente, há importância nas relações inter e intrapessoais. Finalmente, essa obra é um referencial para orientação e estímulo ao educador e ao público em geral. Nela pode-se constatar que a Paz é possível e que pode estar presente. Dependerá de nós.

Gilda Maria Lins de Araujo
Maria José de Matos Luna

HISTÓRICO

“O amanhã nos pertence. Gostaríamos que escutassem a nossa voz: queremos marcar um encontro, nos diversos países, em que nós, adolescentes, possamos dialogar com vocês...”

Um ditado popular bastante conhecido afirma: “o que é bom dura pouco!” A sua conotação é de lamento, pois naturalmente se desejaría que, “o que é bom”, continuasse.

Iniciamos este histórico dando uma nova versão a este provérbio : “O que é bom deve ser multiplicado”.

Esta é justamente a intenção da equipe que iniciou uma experiência de Educação para a Paz, na pequena cidade histórica de Igarassu, situada na região norte de Pernambuco; ou seja: multiplicar, divulgando e compartilhando esta experiência como um(a) contribuição à construção de uma cultura de paz.

As estatísticas, os noticiários comprovam o quanto a nossa civilização ainda está distante de viver uma cultura de paz. A necessidade de paz, porém, vem se tornando uma exigência mundial, pois a violência se apresenta cada vez mais globalizada: violência contra a pessoa humana, contra as nações, contra a natureza; violências que fazem temer pelo futuro do homem e da Terra.

Torna-se necessário o comprometimento de todos, principalmente dos educadores, para que se resgatem os valores essenciais na promoção da vida, da dignidade humana, do respeito ao meio ambiente, às culturas e às religiões.

No Brasil, verifica-se que várias entidades não-governamentais, instituições de ensino, inclusive superior

e órgãos governamentais passaram a investir e a se preocupar com a Educação para a Paz. Assim, nasceram nos últimos anos, várias iniciativas, nos mais diversos campos de atuação, em favor da promoção de uma cultura de Paz, onde também está inserida a experiência que queremos dividir com os leitores.

Inspiração inicial :

A experiência aqui relatada surgiu da inspiração de jovens do “Movimento Juvenil pela Unidade”¹.

Transcorria o ano de 2000. No mundo era grande a expectativa para o início do novo milênio, expectativa presente também entre os 213 jovens, de 40 nações, que estavam reunidos em Chiba no Japão.

Realizava-se, naquela cidade, a “1ª Conferência Juvenil para o Futuro”, organizada pela Fundação Arigatou em colaboração com a UNICEF e com o Movimento internacional dos Focolares .

O objetivo daquele encontro era: “contribuir para a construção de um mundo de paz”. Aqueles jovens, de diversas religiões e culturas, unidos pelo ideal da fraternidade, estudaram, debateram temas de atualidade e traçaram metas buscando, justamente, contribuir para a construção de um mundo de paz.

Concluíram a Conferência com uma mensagem, dirigida aos governantes das nações, na qual expressavam: *“O amanhã nos pertence. Gostaríamos que escutassem a nossa voz: queremos marcar um encontro, nos diversos países, em que nós, adolescentes, possamos dialogar com vocês...”*

¹ Movimento Juvenil pela Unidade: Expressão do Movimento Internacional dos Focolares animado por adolescentes que se empenham para a construção de um mundo unido.

Uma das sugestões contidas naquela mensagem deu origem a esta experiência.

Entre os apelos para o desarmamento, preservação da natureza, equalização dos bens, os jovens fizeram também o seguinte pedido:

“A paz começa no coração de cada homem. Gostaríamos que nas escolas fossem evidenciados valores como o conhecimento e o respeito das outras culturas e religiões, e que nos programas escolares fosse inserida a Educação para a Paz”².

Esta aspiração se tornaria um fato, pois, de retorno da Conferência, os jovens da cidade de Igarassu não se limitaram a enviar mensagens, mas buscaram, junto aos representantes políticos do Município, o compromisso para a elaboração de projetos em favor da paz.

Após várias audiências, conseguiram a adesão da Secretaria de Educação, do Prefeito e dos Vereadores que sancionaram a **Lei nº 2.352 de 28.12.2000**, incluindo a disciplina “Educação para a Paz” no currículo oficial do Ensino Fundamental (Vide anexo).

Para a rede oficial de ensino em Pernambuco, esta foi uma iniciativa pioneira, justamente na época em que a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) estabeleceu a década (2001-2010) para a superação da violência, proclamando a necessidade de uma pedagogia da paz.

Sobre esta Pedagogia, colaboradores da UNESCO assim se expressam:

“A Educação para a paz mais do que qualquer outra educação, deverá ajudar o homem a tornar-se o que ele é, e a realizar sua essência, que é a de ser razão e espírito.

² Texto completo da mensagem no final deste capítulo

A ação dessa disciplina aponta para o desenvolvimento do homem na sua totalidade e para conduzi-lo à maturação de sua personalidade no exercício de suas virtudes pessoais. Especificamente esta educação tenta ensinar o comportamento pacífico, a solução dos conflitos por via racional, mediante o diálogo, tenta banir o uso dos preconceitos estereótipos, e busca a formação do espírito crítico, suscitando comportamentos solidários e cooperativos” (Zavaleta, Esther, Educação para a Convivência – Ed. Ave Maria – 1999 – 1ª edição- pg. 168).

Etapas iniciais:

Para execução da Lei em âmbito municipal, tornava-se necessário a elaboração de um projeto que contemplasse a preparação de agentes educadores da paz e de uma proposta curricular específica para a nova disciplina.

Para este trabalho foi essencial o esforço conjunto de uma equipe multidisciplinar de educadores do Movimento Humanidade Nova³ e o apoio da Escola Santa Maria, que há mais de quarenta anos vem contribuindo para estabelecer relações de fraternidade no contexto escolar e comunitário daquele município.

Com este apoio foi possível pensar uma proposta curricular que possibilitasse tratar a Educação para a Paz, não como **uma matéria a mais no currículo**, nem apenas numa simples transversalidade, mas como um eixo perpassando todas as disciplinas.

Como meta, esta educação deveria impregnar todos os relacionamentos da vida escolar e penetrar não so-

³ Movimento Humanidade Nova: Expressão do Movimento Internacional dos Focolares que atua nas diversas áreas: social, educação, saúde, política, cultural, econômica.

mente no âmbito cognitivo, mas, inundar a vida cotidiana em todos os aspectos: afetivo, relacional, ambiental.

O passo inicial para estruturação do projeto foi a análise contextual com o diagnóstico da situação na qual estão inseridos os destinatários de tal educação. Em Igarassu, como em qualquer outra cidade brasileira, a sociedade sofre perplexa a escalada da violência.

É evidente que a violência não se reduz somente à criminalidade; esta é tudo o que fere ou esmaga a dignidade da pessoa, quer seja a violência do corpo, da consciência ou dos direitos humanos.

Constata-se ainda, nessa região:

- um alto índice de pobreza, desemprego e fome, gerando situações de exclusão social tais como: prostituição infantil, delinqüência, alcoolismo, drogas;

- escolas públicas cuja clientela provém, em grande número, de famílias que sofrem os estigmas de privações e exclusão;

- jovens que constroem a própria identidade baseada numa hegemonia de valores que privilegia a competição e, influenciados pelos desafios das ruas e pela lei das "galeras", confundem "atitudes pacíficas" com "covardia" e "violência" com "coragem".

- a influência dos meios de comunicação em divulgar notícias de violência, vai contribuindo para a redução do senso crítico e para a perda da responsabilidade social.

Início e Etapas do Projeto:

A proposta foi a de implementar a disciplina Educação para a Paz, começando a título de experiência-piloto, em duas escolas da Rede Municipal de Igarassu: Escola José Luiz Sampaio (350 alunos) e Escola Cecília Maria Vaz C. Ribeiro (1.448 alunos). Nestas duas escolas, o

Ensino Fundamental, de 1^a à 4^a série, passaria a contar com a nova disciplina, e as turmas de 5^a à 8^a série, seriam contempladas com temas transversais sobre a “cultura da paz”.

O projeto que foi implementado no período de dois anos, 2002-2003, desenvolveu-se em quatro etapas:

1 - Formação do Grupo de Trabalho para articulação e contatos com os agentes envolvidos na experiência;

2 - Sondagem e diálogo com alunos, professores, técnicos e auxiliares, a partir das seguintes questões:

2.1. Que escola queremos construir?

2.2. O que você sugere para iniciar este projeto na Escola?

2.3. O que significa para você ser um protagonista desse projeto para a paz?

3 - Capacitação dos agentes da Escola (pedagógico, administrativo, serviços gerais)

4 - Elaboração da proposta curricular e de subsídios para a disciplina.

Desafios enfrentados:

Foram inúmeros os desafios enfrentados no período inicial de sondagem e discussão com todas as instâncias educacionais, considerando a falta de motivação, pessimismo, sobrecarga, condições inadequadas de trabalho, evasões, alunos com dificuldades de aprendizagem, etc.

É evidente que não se pode construir a paz e relacionamentos novos **por decreto**. É um processo que exige persistência, determinação e, principalmente, amor.

Educar para a Paz não é somente promover a tolerân-

cia, a coexistência, combater preconceitos ou buscar a superação de conflitos; é necessário antes de tudo possuir a paz.

Para esta construção foi necessário estabelecer como base a fraternidade e a reciprocidade, propondo à vivência de todos alguns princípios do Evangelho, evidenciados por Chiara Lubich ⁴, e conhecidos como a “Arte de Amar”.

Esta reflexão sugere que para viver em comunhão fraterna é necessário: “Amar a todos, inclusive o inimigo; tomar a iniciativa no amor a partir de gestos concretos para com seu semelhante; colocar-se no lugar do outro sem julgar suas atitudes; e, se este amor ao próximo, for verdadeiro, tornar-se-á recíproco. A Arte de Amar culmina com o preceito cristão que salienta a dignidade da pessoa, pois Jesus considera feito a si, tudo o que for feito aos nossos semelhantes”. Esta arte de amar, quando vivida extrapola o âmbito cristão e leva à vivência da assim chamada Regra de Ouro, existente em todas as religiões e vivida por todos os homens e mulheres que buscam uma sociedade fraterna: fazer ao outro o que gostaria que fosse feito a ti e não fazer ao outro aquilo que não gostaria que fosse feito a ti.

A partir desta base e premissa, foi possível o envolvimento de todos os segmentos das Escolas.

Proposição das etapas:

Na 1ª etapa foi organizada uma equipe multidisciplinar, composta por membros da secretaria de Educação do município de Igarassu e por professores universitários, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e estu-

⁴ Fundadora do Movimento dos Focolares a quem foi outorgado pela UNESCO o Prêmio de Educação para Paz, 1996

dantes engajados nos Movimentos Humanidade Nova e Juvenil pela Unidade. Através de um trabalho voluntário na cooperação e fraternidade, esta equipe, além da sondagem e divulgação do projeto, foi responsável pelos temas e palestras desenvolvidas e pela organização das oficinas.

Os temas básicos desenvolvidos foram: “A Arte de Amar” - “Pedagogia da Unidade” - “Relações interpessoais na construção da paz”;

As principais oficinas: Elaboração da matriz curricular - Interdisciplinaridade nos conteúdos - Como tratar os temas transversais.

A 2ª etapa constou de sondagem e diálogo. A pesquisa realizada evidenciou a necessidade de se incorporar esse valor, a paz, assumindo-o como atitude pessoal e coletiva diante das manifestações de conflito. Muitos assimilaram e tornaram próprio o lema: “A paz começa dentro de nós”.

Na 3ª etapa realizou-se a capacitação dos agentes envolvidos na experiência, que abrangeu toda a comunidade escolar - da direção aos serviços gerais -, visando construir uma prática coletiva pela paz, como instrumento para a transformação das Escolas.

A 4ª etapa foi dedicada à construção coletiva da Proposta Curricular da disciplina Educação para a Paz, considerando os elementos que justificavam a sua introdução no currículo escolar. A partir da proposta, o processo educacional passou a ter as características de:

1. Ser sistemático: aulas semanais, com carga horário de trabalho correspondente à das outras disciplinas, para a Educação infantil e Ensino Fundamental de 1ª à 4ª
-

séries e abordagem de temas transversais no ensino de 5^a à 8^a séries;

2. Ser global: sugerindo que a formação do educando deve envolver a escola, a família e a comunidade;

3. Ser interdisciplinar: o tema da paz desponta como o eixo que deve perpassar todas as disciplinas, facilitando a compreensão da importância deste valor fundamental para a vida humana, na construção de estruturas pacíficas;

4. Ser transformador: integrando formação e ação, conduzindo o aluno a ser agente e construtor de paz no seu ambiente.

Foram construídos vários subsídios com os professores da Rede Municipal e levantadas sugestões de como tratar os temas transversais, sem pretender, contudo, que os mesmos assumissem caráter normativo. A prioridade era trabalhar com questionamentos, provocando debates que ensejassem aos alunos formar suas próprias atitudes e opiniões.

Na avaliação do projeto verificou-se que os resultados obtidos foram gratificantes e estimuladores, pois se constataram mudanças de atitudes comprovadas a partir de testemunhos de pais e alunos, de professores, do pessoal administrativo.

O pessimismo inicial de alguns docentes e técnicos deu lugar a expectativas positivas e posterior envolvimento; diferenças pessoais foram superadas; verificou-se um relacionamento mais fraterno entre todos; muitos alunos começaram a viver os valores da convivência pacífica e da solidariedade; as dificuldades cotidianas da Escola foram abrandadas.

Alguns testemunhos atestam a mudança verificada entre os alunos:

- “Eu pensava que amor era somente de homem e mulher; não sabia que se podia amar o outro como irmão...”
- “Agora percebo que eu também tenho a possibilidade de viver a paz...”
- “A paz deve começar dentro de mim; devo respeitar meus pais, colegas e professores; assim serei um construtor da paz...”
- “Se todos nós agirmos assim, vão desaparecer as agressões físicas e a violência”.

Educadores relataram várias experiências positivas:

- “A minha turma é muito trabalhosa. Já passaram por ela cinco professores e todos enfrentaram experiências negativas. Com a disciplina Educação para a paz, trabalhando com música, estou conseguindo a disciplina da turma e o respeito.”
- “Procuo envolver os pais na cultura da educação para a paz, afim de que exista a continuidade na formação das crianças e no tratamento que deve ser estabelecido junto à comunidade, para se tirar proveito desta educação. Alguns pais já estão dando depoimentos....”
- “No início tive muita dificuldade com a turma, mas agora percebo que os alunos estão passando de agressivos para mais acessíveis; menos agressivos e mais solidários...”

O diretor de uma das escolas assim se expressou:

“Houve verdadeiramente uma mudança de comportamento na escola; os alunos pedem desculpas quando erram; as paredes não são mais pichadas; as bancas não são mais quebradas. Sinto-me privilegiado por minha escola ter sido escolhida para fazer parte do Projeto...”

Esta experiência também passou a ter reflexo nas famílias e na comunidade. O trabalho nas Escolas vem sendo enriquecido com outras iniciativas em favor da paz, como uma data comemorativa anual, palestras envolvendo a comunidade; passeatas etc

No ensino superior, a proposta foi assimilada, na época, por alunos da disciplina “Educar para os Direitos Humanos”, de responsabilidade da Comissão de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara – Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco.

O depoimento de um dos alunos é revelador de que a paz não pode ser construída como um elemento isolado:

“significativo saber que a UFPE saiu do seu âmbito interno, vivenciou em escolas públicas de ensino fundamental e médio, e trouxe de volta, sua experiência e resultados.”

Em decorrência dos resultados positivos do projeto, a Secretaria de Educação do Município, ampliou a experiência para todas as escolas da rede, incluindo a própria secretaria como espaço para implantação da Educação para a Paz.

O então Secretário de Educação afirmou: “Este projeto veio para ficar, pois apresenta teoria, experiência e visibilidade..” Referindo-se às Escolas-Piloto disse: “Estão se tornando exemplares. Queremos difundir esta experiência em todas as Escolas”.

O projeto implementado com sucesso na cidade de Igarassu, já foi adotado e executado em escolas de outros municípios e de outros estados, adaptando-se à realidade local. É relevante perceber que esta experiência ampliou-se, que está mudando os relacionamentos e conduzindo muitos a comprometer-se como promotores de uma cultura de paz.

Afirmamos, como no início: “O que é bom deve ser multiplicado!”

Corinne Elisabeth Raboud
Margarida Maria de Mendonça

TEXTOS

Educação para a Paz⁵

Chiara Lubich

Não é uma brincadeira comprometer-se a levar a paz! É preciso coragem, é preciso saber sofrer.

De coração reconhecido, permito-me oferecer-lhes agora alguns pensamentos.

Não falarei do Movimento dos Focolares em seu aspecto histórico e em sua estrutura. Movimento que, neste nosso tempo, é um instrumento para levar a unidade e a Paz ao nosso planeta, ao lado de tantas outras organizações, iniciativas, obras beneméritas e valiosas. Sobre ele já se deteve a atenção dos senhores, o que se deduz dos motivos para atribuição do Prêmio.

Quero falar, de preferência, do segredo de seu êxito.

Ele se situa em uma nova linha de vida, em um estilo novo abraçado por milhões de pessoas e, inspirando-se fundamentalmente em princípios cristãos – não descurando e sim pondo em evidência valores paralelos presentes em outros credos e diferentes culturas – trouxe justamente paz e unidade a este mundo, necessitando de reencontrar ou de consolidar a paz.

Trata-se de uma espiritualidade nova, atual e moderna: a espiritualidade da unidade. Mas a unidade e a paz que dela advêm, são de atualidade?

Como todos sabemos e podemos constatar, o mundo hoje se caracteriza por tensões entre Sul e Norte,

⁵ Discurso proferido em 17 de Dezembro de 1996 na sede da UNESCO, por ocasião da outorga a Chiara Lubich do Prêmio Educação para a Paz.

no Oriente Médio e na África; caracteriza-se por guerras, ameaças de novos conflitos, e por outros males típicos de nossa época. Assim é. No entanto, apesar de tudo, hoje paradoxalmente, o mundo tende para a unidade e, portanto, para a paz. É um sinal dos tempos.

É o que revela, por exemplo, a Conferência Mundial das Religiões para a Paz, no mundo religioso.

É o que atesta, no mundo cristão, o Espírito Santo, que impele as diversas Igrejas e comunidades eclesiais para a unificação, após séculos de indiferença e de luta. É o que ressalta o Conselho Ecumênico das Igrejas.

Foi o que disse Paulo VI, cuja doutrina é impregnada desta idéia da unidade. E agora o próprio João Paulo II que, com suas viagens pelo mundo inteiro, com o seu abraço universal de tantos povos, personifica realmente este conceito.

Foi o que disse o Concílio Vaticano II, cujos documentos tornam repetidas vezes esta idéia.

Ideologias, hoje em parte superadas, que também se dispunham a resolver os grandes problemas de modo global, demonstraram também elas esta tendência do mundo para a unidade.

É o que evidenciam numerosas entidades e organizações internacionais; assim como favorecem a unidade os modernos meios de comunicação, que conduzem o mundo interior para dentro da comunidade ou família.

Sim, existe no mundo esta tendência.

É neste contexto que deve ser visto também o Movimento dos Focolares e sua espiritualidade.

Ela não é vivida apenas individualmente, mas por muitas pessoas juntas. De fato, possui uma nítida dimensão comunitária.

Finca suas raízes em algumas palavras ou realidades contidas no Evangelho, que se entrelaçam umas às outras.

Ela supõe, antes de tudo, para quem dela compartilha uma profunda consideração de Deus por aquilo que é: Amor, Pai.

De fato, como se poderia pensar na paz e na unidade no mundo sem a visão de toda a humanidade como uma só família? Como vê-la assim sem a presença de um Pai para todos?

Portanto, esta espiritualidade pede que se abra o coração a Deus Pai, que certamente não abandona os filhos a seu destino, mas quer acompanhá-los, protegê-los, ajudá-los; que não sobrecarrega seus ombros com fardos pesados demais, mas é o primeiro a carregá-los.

Acreditar em seu amor é o imperativo desta nova espiritualidade, acreditar que somos por ele amados pessoal e imensamente.

Porque ele nos conhece no mais íntimo, segue a todos em cada detalhe, conta até mesmo os cabelos de nossa cabeça... Não deixa só para a iniciativa dos homens a renovação da sociedade, mas dela cuida.

Acreditar. E, entre as inúmeras possibilidades que a vida oferece, escolher a Deus como Ideal em nossa vida, o que significa colocar-se inteligentemente naquela posição que todos homem assumirá no futuro, quando alcançar o destino a que foi chamado: a Eternidade.

Mas, é óbvio, não basta acreditar no amor de Deus, não basta ter feito a grande opção por ele como Ideal. A presença e os cuidados de um Pai por todos chamam cada um a ser filho, e, por sua vez, a amar o Pai, a realizar dia após dia o particular desígnio de amor que o Pai provê para cada um, isto é, a fazer a vontade dele.

Sabe-se que a primeira vontade de um pai é que os filhos se tratem como irmãos, se queiram bem, se amem. Que conheçam e ponham em prática o que se pode definir como Arte de Amar.

A Arte de Amar requer que amemos por primeiro, sem esperar que o outro nos ame.

Requer que amemos cada um como a nós mesmos, porque “Tu e eu – dizia Gandhi – não somos senão uma coisa só. Não posso fazer-te mal, sem a mim mesmo ferir” (apud Mühs, 1966, p.82).

Significa ainda saber “fazer-se um” com os outros, isto é, tornar próprios os pesos, os pensamentos, os sofrimentos, as alegrias dos outros.

Todavia, se for vivido por muitas pessoas, este amor se torna recíproco.

E Cristo, o “Filho” do Pai por excelência, o Irmão de cada homem, deixou esta norma para a humanidade: o amor recíproco. Ele sabia da necessidade de colocar em prática essa norma para haver paz e unidade no mundo, para nele se formar uma só família.

Na verdade, todo aquele que hoje se dispõe a remover as montanhas do ódio e da violência, sabe que a tarefa é imane e pesada. Mas o que é impossível a milhões de homens isolados e dispersos, parece ser possível a quem fez do amor mútuo, da compreensão recíproca, o motor essencial da própria vida. Por que isto? Há um porquê.

Um outro elemento desta nova espiritualidade, ligado ao amor recíproco, preciosíssimo, que surpreende e maravilha, é também anunciado pelo Evangelho. Diz que, se duas ou mais pessoas se unem no amor verdadeiro, Cristo que é a Paz, está presente entre elas. Que maior garantia pode haver para quem quer ser instrumento de fraternidade e de paz?

Este amor recíproco, esta unidade, que tanta alegria dá a quem a põe em prática, de certa forma exige empenho, treinamento diário, sacrifício.

E aqui, em toda a sua luminosidade e dramati-

dade, surge para nós cristãos uma palavra que o mundo não quer ouvir pronunciar, por ser tida como insensatez, absurdo, contra-senso. Esta palavra é... cruz.

No mundo nada se faz de bom, de útil, de fecundo sem conhecer, sem saber aceitar o esforço, o sofrimento, em uma palavra, sem a cruz. Não é uma brincadeira comprometer-se a levar a paz! É preciso coragem, é preciso saber sofrer.

Mas, se um grande número de homens aceitassem o sofrimento por amor, o sofrimento que o amor requer, ele poderia vir a ser a arma mais poderosa para dar à humanidade a sua mais alta dignidade, a dignidade de se sentir não tanto um aglomerado de povos, um ao lado do outro, o mais às vezes em luta entre si, mas um só povo, uma família.

Além disso, Deus Pai não nos deixou sem auxílios neste árduo caminho. Conhecemos aqueles que a Igreja sempre teve à disposição de nós cristãos.

Não esqueçamos Maria, amada, venerada, presente também em outras religiões Maria, a mãe de Deus e de cada homem da terra. Dela se pode haurir inspiração, conforto e amparo. É dever de uma mãe compor e recompor sempre a família.

Esta espiritualidade comunitária não está ligada necessariamente ao Movimento dos Focolares: ela é universal e, portanto, pode ser vivida por todos.

De fato, através desta espiritualidade, homens e mulheres de quase todos os países do mundo estão hoje tentando ser, lenta mas decididamente, ao menos lá onde se encontram, germes de um povo novo, de um mundo mais unido, de um mundo de paz, mais solidário sobretudo com os pequenos, os mais pobres.

Que Deus, Pai de todos, queira fecundar estes nossos esforços, como os de todos que estão empenhados em tão excelso fim. Que se possa, como disse João

Paulo II na ONU, no cinquentenário de sua fundação - e que pode ser atual agora no cinquentenário de fundação da UNESCO, - “construir no século que está por vir e para o próximo milênio uma civilização digna da pessoa humana, uma verdadeira cultura da liberdade e da paz”.

“Podemos e devemos construí-la - disse ele - E, fazendo assim, poderemos constatar que as lágrimas deste século prepararam o terreno para uma nova primavera do espírito humano” (1995)⁶.

⁶ Revista ABBA n.1 - vol. 1, 1998 Apud LUBICH. Chiara. *Ideal e Luz*. Ed. Cidade Nova e Brasiliense.

Lição em Pedagogia¹

Chiara Lubich

“(…) O nosso Movimento e a nossa história podem ser vistos como um grande e extraordinário **evento educativo**. Nele estão presentes todos os fatores da educação e também é evidente a **presença de uma teoria da educação**, de uma pedagogia bem delineada que a fundamenta.

Mas - perguntemo-nos imediatamente - **o que é educação?**

Ela pode ser definida como o itinerário que o educando (indivíduo ou comunidade) percorre, com a ajuda do educador ou dos educadores, na direção de um dever ser, de um objetivo considerado válido para o homem e para a humanidade.

E quais são os elementos característicos da nossa pedagogia ligados aos pontos principais da espiritualidade que vivemos?

¹ A Universidade Católica de Washington D.C. dos Estados Unidos, em Novembro de 2000 atribuiu a Chiara Lubich, fundadora do Movimento dos Focolares, o título de Doutora Honoris Causa em Pedagogia, no seu discurso Chiara expõe algumas das conseqüências pedagógicas dos mais significativos pontos dessa espiritualidade. nossa ação educativa”.

Se considerarmos o primeiro ponto: a revelação – digamos assim – de Deus como Amor, podemos constatar que, na nossa história, desde o seu início, esteve presente um único *educador*, o Educador por excelência, justamente ele: Deus Amor, Deus Pai.

Foi Ele que tomou a iniciativa em relação a nós, que nos acompanhou, nos renovou, nos regenerou – *com a intencionalidade* que anima o verdadeiro educador – ao longo de um riquíssimo itinerário de formação pessoal e comunitária.

Ele nos fez recuperar (a nós e a muitos) o sentido da maior Paternidade que existe: uma descoberta de alcance enorme.

Sabemos que uma certa cultura em voga tenta provar no plano teórico e prático – que “Deus está morto”. Essa eclipse de Deus Pai favoreceu também uma eclipse da figura do pai de família, o qual perdeu a autoridade no plano dos relacionamentos humanos e educativos.

Constatamos os efeitos: o relativismo moral, a ausência de regras na vida individual, nas relações interpessoais e sociais, muitas vezes com consequências graves, tal como formas de violência, etc., quase dando razão a Dostoievski, quando afirma que << matar Deus é o mais horrível suicídio >> e também << se Deus não existe, então tudo é permitido >>.

Nós tivemos a grande graça de conhecer quem é Deus. Ele é Amor, e não é absolutamente um juiz distante, um inimigo ciumento que esmaga com a sua potência o homem ou quem não se preocupa com ele. Pelo contrário, é um educador que reconhece o homem na sua identidade única e irrepetível, que exalta o homem. Ele ama o homem e por isso é exigente com ele: como verdadeiro educador, Deus exige a responsabilidade e educa o ser humano ao empenho.

Deus é Amor e por isso nos libertou da escravidão mais forte, reabrindo para nós as portas de sua Casa. E sabemos qual foi o preço que seu Filho pagou por esse resgate. Nenhum educador jamais considerou tanto o homem quanto um Deus que morreu por ele. Deus Amor elevou o homem, cada homem à altíssima dignidade de filho e herdeiro. Cada homem!

E é exatamente a constatação de que todos somos filhos do mesmo Pai que se fundamenta a idéia principal de Comenius², grande representante da pedagogia moderna. Ele disse: é preciso “ensinar tudo a todos”.

Outro ponto fundamental da nossa espiritualidade é a Palavra de Deus.

<<Ensinar tudo a todos>>, foi dito, mas para isso é necessário usar – como dizia o próprio Comenius – a regra pedagógica da gradação. Pensando bem, o Pai sugeriu essa gradação a nós, focolarinas, quando, desde os primeiros dias, nos impeliu a viver a sua Palavra escolhendo uma frase do Evangelho, a ser colocada em prática por um mês, na vida do dia a dia. Com isso, logo nos deu “Tudo”, porque em cada Palavra está presente Jesus por inteiro; ao mesmo tempo, como crianças nutridas pela sua Palavra, fomos nos revestindo cada vez mais dela, crescendo como adultos na fé e na vida.

E com essa simplicíssima técnica pedagógica da gradação e da totalidade, a luz do nosso Ideal se difundiu e continua a difundir-se até onde não podemos imaginar, como experiência espiritual e educativa forte e em contínua expansão.

A unicidade da Palavra de Deus, ainda, consiste no fato de que ela é *Palavra de Vida*, da qual se faz experi-

² Nasceu na Morávia (República Checa), viveu de 1592 a 1670, tentou fazer a primeira e radical reforma prática, mas também a primeira sistematização orgânica da pedagogia como ciência;

ência, em um mundo, também pedagógico, muitas vezes poluído de certa *verborragia*.

Experimentemos a força educativa, alternativa e contestatória dessa Palavra sempre viva e sempre nova. Pouco a pouco, impressa na nossa vida, ela lhe conferiu – função enorme e própria da educação - *uma unidade existencial*, favorecendo a superação da fragmentação-desmembramento que o homem muitas vezes experimenta na sua relação consigo mesmo, com o outro com a sociedade, com Deus, fazendo emergir, a um só tempo, a unicidade, a originalidade de cada um.

É graças a essa *unidade existencial* entre Palavra e Vida, entre dizer e fazer, que a nossa experiência é, para muitos, digna de crédito e convincente, provocando profundas mudanças na existência pessoal, acionando em muitas pessoas um verdadeiro processo educativo.

A Vontade de Deus é outro ponto para nosso confronto.

A fidelidade à Palavra de Deus nos acostumou também a “perder a nossa má vontade”, que ainda nos liga às estreitas modalidades existenciais do eu centralizado em si, para seguir a vontade de Deus, que nos conduz continuamente à auto-transcendência, que nos leva a ultrapassar o nosso eu na direção de um Tu que nos enriquece e liberta.

É normativo, na educação moral da pessoa, que se passe da necessária fase inicial de dependência³, gradativamente à *moralidade autônoma*⁴.

Também na nossa experiência percebemos a passagem educativa da adesão inicial a uma vontade alheia, - à qual nos agarramos como uma *criança* que se entrega totalmente à direção do adulto -, à forte percepção de

³ Moralidade Heteronômica;

⁴ Que deveria caracterizar o sujeito adulto e maduro.

liberdade pela interiorização da Lei em si, quando sentimos que ela se tornou a *nossa* lei.

Percebemos quando ela está tão gravada em nós a ponto de nos fazer sentir *adultos* exatamente porque aí somos capazes de dizer: <<Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim>> (G1 2,20).

Jesus que grita: <<Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?>> (Mt 27,46; Mc 15,34) – Jesus abandonado -, é o nosso segredo, a nossa idéia-chave, também para a educação. Ele nos indica o limite da nossa ação pedagógica: até que ponto e com que intensidade ela deve se mover.

Quem é Jesus abandonado, por quem decidimos ter um “amor preferencial”?

Ele é a figura do ignorante, pois pergunta “por quê?” (a sua é a ignorância mais trágica, a pergunta mais dramática); é a figura do excluído, do não adaptado, e portador de deficiência, do não amado, do negligenciado, do marginalizado, de todas aquelas realidades e experiências humanas e sociais que exigem, mais do que outras, uma urgente e especial necessidade de educação.

Jesus abandonado é o paradigma de quem, carente de tudo, precisa de alguém que lhe dê tudo e por ele faça tudo. Portanto, é também a idéia-limite, o parâmetro do educando, que postula a responsabilidade do educador. Ele nos indica, pois, o limite sem limites dessa necessidade e, ao mesmo tempo, o limite sem limites da nossa responsabilidade em ajudar e educar.

Jesus abandonado, que superou a sua infinita dor, acrescentando: <<em tuas mãos, Pai, entrego meu espírito>> (Lc 23,46), nos ensina também e ver a dificuldade, o obstáculo, a provação, o compromisso, o erro, o fracasso, o sofrimento, como algo a ser enfrentando, amado, superado.

Geralmente nós tentamos evitar tais experiências, em qualquer campo de atividade.

Também no campo educativo, de várias maneiras, com formas de superproteção, tende-se a preservar a criança as crianças de qualquer forma de dificuldade, habituando-as a ver a vida como uma estrada em descida, fácil e cômoda.

Na realidade, nós as deixamos despreparadas para enfrentar as inevitáveis provações da vida e, sobretudo, as tornamos passivas e renitentes perante as responsabilidades que cada ser humano deve assumir diante de si mesmo, do próximo, da sociedade.

Para nós, ao invés exatamente pela escolha de Jesus abandonado, cada dificuldade deve ser amada e enfrentada. A *educação à dificuldade*, como compromisso que envolve o educando e o educador é, portanto, outro ponto fundamental da nossa pedagogia.

Existem outros dois pontos que desejo tomar em consideração: a unidade e Jesus em meio.

Poderíamos nos perguntar: qual é a finalidade do processo educativo?

A nossa é a mesma finalidade de Jesus, que poderíamos definir como a sua finalidade educativa: << que todos sejam um>>, a unidade, portanto, profunda e sincera com Deus e entre os homens.

A unidade é uma aspiração muito atual. Apesar das inumeráveis tensões do mundo contemporâneo, o nosso planeta, quase paradoxalmente, tende à unidade: a unidade é um sinal e uma necessidade dos tempos.

Todavia, esse íntimo impulso – como no *e-ducere* (extrair) da educação -, deve vir à tona positivamente. Nisso, portanto, está implicada, em todos os planos do agir humano, uma ação educativa coerente com as exigências da unidade, para fazer do nosso mundo não uma Babel sem alma, mas uma experiência de Emaús, de

Deus conosco, capaz de abraçar a humanidade inteira.

Parece um projeto utópico, mas cada pedagogia autêntica é portadora de um objetivo utópico, a ser entendido como uma idéia reguladora que constitui entre nós aquela sociedade que ainda não existe, mas que deveria existir; a educação, nessa perspectiva, é vista como meio para nos aproximarmos do objetivo utópico.

Na nossa pedagogia, por meio da qual o plano espiritual e humano se entrelaçam e se unificam (pela encarnação), a Utopia não é um sonho, nem ilusão, nem meta inatingível. Ela está entre nós e colhemos os seus frutos, quando atualizamos o <<onde dois ou mais estiverem reunidos no meu nome, ali estou eu no meio deles>>. Isso faz com que a finalidade, a meta mais alta, seja realidade.

Aqui experimentamos a plenitude da vida de Deus, que Jesus nos doou, uma relação trinitária, a sociedade mais autêntica, em que se realiza uma síntese maravilhosa entre a instância pedagógica da educação do indivíduo e a instância pedagógica da construção da comunidade.

Acreditamos que na nossa experiência de espiritualidade comunitária-trinitária se realizem plenamente as idéias defendidas por muitos expoentes da história da pedagogia que, mesmo partindo freqüentemente de premissas diferentes, insistiram sobre a importância da educação para a construção da sociedade fundamentada nos relacionamentos autenticamente democráticos.

Pensamos, só para citar um nome, na grande contribuição ao mundo pedagógico oferecida, a partir dos Estados Unidos, por John Dewey.

Encontramos muita consonância também com a recente “pedagogia social”, em que é proclamada a necessidade de conjugar *a promoção do indivíduo e a promoção da comunidade*.

Naturalmente, a nossa experiência de vida comunitária se baseia no convite de Jesus: <<amai-vos como eu vos amei...que sejam um>>. Essa motivação é de natureza religiosa, mas são extraordinários os seus efeitos no plano educativo.

A finalidade desde sempre delegada à educação (*formar o homem*, a sua autonomia), se explicita, quase paradoxalmente, em *formar o homem-relação*, que para nós, é o *homem, ícone da Trindade*, capaz de realizar uma auto-transcendência contínua na realidade de Jesus em meio.

É por meio dessa praxe espiritual e educativa do *amor recíproco*, do consumir-nos em um – praxe que é seguida por todos os membros do Movimento, chamados a viver a experiência comunitária em pequenos grupos -, que trabalhamos por *aquela finalidade das finalidades*, expressa na oração-testamento de Jesus:<<Que todos sejam um>>. É uma utopia-realidade pela qual, como instrumentos guiados por Ele, pretendemos dedicar a nossa vida.

É por meio de uma educação séria que podemos nos tornar, como indivíduos e como comunidade, capazes de colaborar, de dialogar, de encontrar outras pessoas, outros Movimentos, etc. É por meio de uma educação séria, enfim, que – com a graça de Deus – podemos almejar a santidade pessoal e comunitária.

Maria é o exemplo de quem vive de modo excelso os pontos pedagógicos referidos.

Naturalmente Jesus, soube realizar esse itinerário pedagógico, esse *ir-e-vir*, por assim dizer, entre o abandono e a Trindade, e, na sua experiência terrena, viveu com intensidade excelsa a relação interpessoal, praticando a empatia, a aceitação, a esperança, a luta educativa, a vida de unidade com o Pai e “com os seus”.

Ele é testemunho mais autêntico e mais exigente do que significa ser educador.

Personalidades presentes, prezados amigos, espero que esses flashes tenham sido suficientes para explicar a experiência pedagógica que emerge do nosso Movimento e possam demonstrar que grande alegria e honra me deu este diploma em pedagogia.

Obrigada pela atenção dispensada. Que Jesus Mestre forme em todos nós verdadeiros e eficazes educadores.

O Desafio da Dificuldade¹

Maria Auxiliadora Luna

A Pedagogia da unidade também quer preparar para a vida...

O que este tema tem a ver com a educação ?

Vocês certamente responderão tudo !

A LDB 9394/96 fala de uma educação abrangente, vinculada com o trabalho e com as práticas sociais, que conduza o educando ao pleno desenvolvimento e ao seu preparo para o exercício da cidadania.

E pessoas das mais variadas correntes, do Ministro da Educação ao Gabriel pensador, são unânimes em afirmar : *Queremos uma Escola que prepare para a vida...* Inclusive o lema da campanha publicitária com que o MEC lançou os PCNs em setembro de 1999: *Educação agora é para a vida!*

A Pedagogia da unidade também quer preparar para a vida...

Na lição doutoral de Chiara Lubich ela falou de *um itinerário em direção a uma meta válida para o homem e para a humanidade*. Esta meta válida não pode ser senão a vida!

Vou tentar estabelecer um paralelo entre vida - e o desafio da dificuldade. Certamente só poderei tratar

¹ Reflexões para aprofundamento do discurso de Chiara Lubich proferido em Washington, Novembro de 2000. Seminário de Educação: Formação da Pessoa, Transformação da Comunidade - Uma Contribuição Pedagógica, Mariápolis Santa Maria, junho 2001.

alguns aspectos pois senão ficaríamos aqui por um tempo infinito. Para isso vou me referir ao aspecto da “educação à dificuldade”, que Chiara Lubich relacionou com a figura de Jesus em sua dor que, abandonado na cruz grita a Deus Pai um “Por quê?” que resume todas as indagações de dor da humanidade.

Muitas vezes encontramos este tema na linguagem dos poemas “...Viver é lutar... A vida é combate que aos fracos abate, aos fortes aos bravos só pode exaltar”!²

Ou ...

“... quem passou pela vida e não sofreu,
foi o espectro do homem, não foi homem.
Só passou pela vida, não viveu.”

Chiara, em sua experiência, falou do amor de Deus que permeia a vida: A vida é um dom de amor.

Eu posso deduzir: a vida = lutar + combater + sofrer = dom de amor, de consequência posso entender a luta, a dificuldade, o combate, o sofrimento como dom de amor que conduz à vida.

A referência específica do educador é sempre o aluno: seja ele criança, adolescente, jovem ou adulto. É a eles que vai a nossa luta como dom de amor para gerar vida.

Até que ponto somos chamados a amar? Até dar a vida.

Sabemos que dar a vida não é uma brincadeira, significa sacrifício, cansaço, sofrimento, às vezes derrota...

O psicólogo Jung³ afirma que o sacrifício é uma decisão voluntária e consciente que demonstra como po-

² I Juca Pirama - Gonçalves Dias

³ C. G. Jung, Psicologia da Religião, Turim 1979.

demos dispor de nós mesmos, do nosso eu, então na verdade a perda intencional é um ganho...

Como Jesus que morreu por todos, também nós podemos dar a vida por todos os alunos que nos são confiados. Por isso dizemos que Jesus abandonado é o parâmetro do educador porque ele nos indica com a sua experiência até que ponto devemos chegar em nossa ação educativa: Até dar vida – até dar a vida.

E como fazer? Se olharmos o modelo de Jesus. Ele fez-se homem e veio até nós, assumiu a nossa humanidade, a nossa condição de limitação, de erro, de ignorância para conduzir-nos ao caminho da plena realização.

Educar, do latim *educere* significa tirar de dentro, extrair.

Extrair o quê? A potencialidade de cada aluno. Desenvolvê-lo de modo a tornar-se pessoa completa. Isso requer muito sacrifício e amor...

Nós queremos formar pessoas capazes de interagir na sociedade, sem acomodar-se passivamente a repetir as estruturas injustas em que vivemos, mas capazes de transformar a comunidade. Formar para a cidadania. Nesta tarefa encontramos muitos aspectos semelhantes àqueles identificados com Jesus abandonado. Ele é a figura do ignorante, pois pergunta “por quê?” (é uma ignorância trágica, dramática); é a figura do excluído, do não adaptado, do portador de deficiência, do não amado, do negligenciado; é a figura do marginalizado, de todas aquelas realidades e experiências humanas e sociais que exigem uma urgente e especial necessidade de educação. Jesus abandonado é o paradigma de quem, carente de tudo, precisa de alguém que lhe dê tudo e por ele faça tudo.

A situação clamorosa de muitas crianças de nossas escolas, vítimas das injustas condições sociais que

impõem o desemprego e forçam a instabilidade das famílias; a falta de referência de pais e mães responsáveis, a fome, a carência de nutrientes em momentos fundamentais da vida, sem falar das crianças que não têm acesso ou condição de permanecer na escola. Tudo isso não recorda a figura de Jesus Abandonado?

E a instabilidade do adolescente, um dia é cheio de entusiasmo e amizade e no outro é distraído, desanimado, rebelde, agressivo?

Ou os jovens vítimas das drogas, da violência, da falta de uma família, da perda de valores, do desfrutamento, da prostituição, do consumismo. Não podemos associar a figura de Jesus abandonado?

Por isso Jesus abandonado – é o nosso segredo, a nossa idéia-chave, também para a educação. Ele nos indica o limite sem limites de sua necessidade e, ao mesmo tempo, a nossa responsabilidade em ajudar e educar.

Chiara fala de ter um “amor preferencial” por Jesus Abandonado.

Para chegar a isso também nós educadores, precisamos fazer uma escala gradativa :

1. reconhecer a dificuldade, encará-la de frente;
2. aceitar e enfrentar o desafio; *“ não se pode mudar senão o que se aceita”*
3. lançar-se a superar a prova, confiante no resultado novo que surgirá..

Jesus abandonado, superou a sua infinita dor, pronunciando: «Em tuas mãos, Pai, entrego o meu espírito» (Lc 23,46). Assim ele nos ensina também a ver a dificuldade, o obstáculo, a provação, o compromisso, o

erro, o fracasso, o sofrimento, como algo a ser enfrentado, amado, superado.

Muitas vezes nós evitamos as experiências de dificuldade.

Também no campo educativo, com formas de superproteção, tende-se a preservar as crianças de qualquer forma de dificuldade, habituando-as a ver a vida como uma estrada em descida, fácil e cômoda.

Esquecemos a grande importância educativa da dor que ensina e amadurece.

A maior sabedoria é saber enfrentar a vida assim como ela é com suas alegrias e suas dores ao invés de criar uma redoma de proteção que só faz criar pessoas frágeis, e ao mesmo tempo egoístas, pois constantemente necessitada de atenção uma vez que não sabem resolver nada por si.

Ao querer tirar a qualquer custo a dificuldade, pensando que os educandos não as saberão enfrentar nós os deixamos desesperados para enfrentar as inevitáveis provações da vida e, sobretudo, os tornamos passivos e incapazes perante as responsabilidades que cada ser humano deve assumir diante de si mesmo, do próximo, da sociedade.

Uma adolescente: *“Meus pais são separados e mesmo assim não se respeitavam.. Era uma dor imensa vê-los brigando por nada. Um criticava o outro. Entendi que eu podia amar e devia dar o primeiro passo valorizando o positivo de cada um. procurei ser ponte entre eles. Agora meu pai já valoriza minha mãe, falam por telefone sem brigar. Estamos construindo a paz.. “*

Não nos faz refletir?

Quem de nós nunca passou por uma experiência de dificuldade que lhe deixou uma lição de vida ? Viktor

Frankl afirma que *“nenhuma situação da vida é realmente privada de significado, também o sofrimento pode ser transformado em conquista...”*

Naturalmente a educação à dificuldade coloca “em cheque” a nossa capacidade de educadores pois diante do desafio nós podemos assumir várias posturas ou atitudes.

Eu vou colocar brevemente algumas destas:

- Fuga/rejeição - Se eu não enfrento o que é difícil e só procuro o que é mais fácil para mim então como posso ensinar a “enfrentar a dificuldade”?
- Ocultamento/acomodação - Se eu não vejo a dificuldade como ocasião de crescimento e faço de tudo para “conviver” com elas da melhor maneira, acomodando-me. O que será que transmito para os meus alunos ?
- Choro/vitimismo - Se eu até percebo a dificuldade, armo um drama, mas não vou além, fico sempre ali me lamentando de ser vítima do sistema, das circunstâncias etc. Como posso ensinar os meus alunos a transformar as situações ?
- Enfrentamento/denúncia - É até uma atitude de reconhecer a dificuldade, revoltar-me com ela, denunciá-la, mas não envolve uma atitude positiva, construtiva. Fica na negação da dor, que excluo de minha pessoa e de minha vida.
- Acolhida/transformação - É a atitude que envolve o amor preferencial - não pela dor, porque não somos masoquistas - mas pela pessoa que sofre as conseqüências da dor : aí entra a figura de Jesus abandonado que assumiu todas as nossas dores. E

aí entra também a força de ressurreição/transfor-
mação que age em toda dor acolhida e amada. Daí
a atuação de nossa responsabilidade-amor que nos
empenha em compromisso de educar para a vida.
Formação da pessoa para transformação das estru-
turas de morte que impedem a vida da pessoa e da
comunidade.

A pedagogia de Chiara, como ela mesma afirmou
em sua experiência, contém este elemento espiritual que
é a presença de Deus que passa a atuar na educação atra-
vés de nós, educadores.

Alguém poderia objetar, mas eu não sou religio-
so...

Não existe nada mais humano que a dor escondi-
da nas dificuldades, então se não fazemos por Deus,
façamos pelo desejo de bem e de harmonia que existe
no íntimo de cada um de nós, façamos pela pessoa que
sofre.

Abrem-se muitas pistas de aprofundamento:

Decisão, empenho, recomeçar são palavras-chave
que deixo para vocês, mas não esqueçam: a chave princi-
pal é o *amor, e amor preferencial a Jesus abandonado.*

Ele nos ensinará a não julgar, não nos desiludir,
não reprovar, mas “entrar na pele” do nosso aluno, amar
a sua dor a ajudá-lo a transformá-la.

A Pedagogia da Unidade: Rumo a uma sociedade fraterna

Vânia Carvalho de Araújo-Belém

“Não há produção do eu sem amor pelo outro; não há amor pelo outro sem solidariedade. É promovendo o outro que eu realizo a minha natureza, promovendo o outro, eu promovo a mim mesmo”.

Na história da Pedagogia, encontramos inúmeras iniciativas e esforço de estudiosos em elaborar novos princípios teóricos que dêem conta da construção de uma pedagogia. Dentre os inúmeros exemplos podemos citar a Pedagogia Nova, onde vários de seus seguidores buscaram construir referenciais que superassem a chamada Pedagogia Tradicional; a Pedagogia de Freinet, que procurou estabelecer novos princípios educativos em torno do trabalho escolar com as crianças de classes populares, a Pedagogia de Paulo Freire, cujo legado nos possibilitou aprofundar os princípios teóricos e práticos de uma educação, de fato, popular e, podemos citar ainda, a Pedagogia do Ócio, cujas bases metodológicas deslocam a centralidade do trabalho como o único capaz de dar sentido à vida humana e apontam para a recuperação de valores tais como, “o valor da relação cordial e não-competitiva, do prazer estético, o valor do esforço automotivado e o valor de poder demorar e fazer coisas bem feitas”.

Não obstante a importância que essas teorias assumiram e ainda assumem no contexto da educação,

elas surgiram ora a partir de uma base teórica formulada pelos seus autores, ora a partir de uma experiência pessoal que, aos poucos, foi sendo traduzida teoricamente. Cabe então perguntar: Como surgiram as bases teóricas e práticas da Pedagogia da Unidade? Esta pergunta é fundamental para entendermos o que propomos neste e tantos outros congressos de educação que se realizam nas diferentes regiões do Brasil e do mundo.

Nesta experiência espiritual iniciada por Chiara Lubich e suas primeiras companheiras, que depois originou o Movimento dos Focolares, não havia nenhuma preocupação em formular bases teóricas sobre aquilo que estavam vivendo em meio ao horror da Segunda Guerra Mundial. O Evangelho era o único livro que assumia centralidade em suas vidas. Eram as palavras do evangelho vividas no dia-a-dia que as ajudaram a ver nas conseqüências da guerra, centelhas de amor e de um novo agir; nas dores de muitos, a possibilidade de ir ao encontro de cada pessoa que encontrava; na experiência da fome e do frio, o desapego dos próprios bens e as sementes de uma cultura da partilha; no desmoramento dos ideais humanos, o sentido mais profundo da vida; na destruição avassaladora das cidades, o desejo de construir uma sociedade renovada pela paz e pela fraternidade.

Passadas décadas de experiências e tendo por base a metodologia evangélica (“ama o próximo como a ti mesmo”, “dai e vos será dado”, “ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida pelo seu irmão”, “Pai! Que todos sejam um”), podemos afirmar que essas experiências:

- Refletem uma pedagogia que parte de uma experiência coletiva e não individual;
-

-
- Que tem no Evangelho as suas bases teóricas e práticas;
 - Que tem como o ponto central a unidade, aquela unidade como o último pedido feito por Jesus a Deus, Pai! Que todos sejam um! O Evangelho vivido revela-se assim, a força propulsora de uma práxis pedagógica que tem por objetivo a unidade. Não uma unidade utilitarista ou agregadora de idéias, mas uma unidade que se constrói cotidianamente através da Palavra vivida. Uma vez colocada em prática, a Palavra gera uma relação de reciprocidade, uma reciprocidade que se realiza com a participação de todos.

Apresento agora um pequeno trecho no qual Chiara Lubich, fundadora do Movimento dos Focolares, há muitos anos sintetizou o significado da unidade:

“Unidade: palavra divina. Se, a um dado momento, ela fosse pronunciada pelo Onipotente e os homens a pusessem em prática nas suas mais variadas aplicações, veríamos o mundo de repente parar em sua andança geral, como em uma brincadeira de filme, e retomar a corrida da vida na direção oposta.

(...)

Veríamos fábricas, ajuntamentos muitas vezes de “escravos” do trabalho, em um clima de tédio, senão de blasfêmia, tornarem-se um lugar de paz, onde cada uma faz a sua parte para o bem de todos. As escolas ultrapassarem a breve ciência, colocando conhecimentos de toda a espécie a serviço das contemplanções eternas, aprendidas nos bancos escolares como em um desvendar-se cotidiano de mistérios, intuídos a partir de pequenas fórmulas, de simples leis, até mesmo dos números...

Os parlamentos se transformarem em um lugar de encontro de homens a quem se interessa mais o bem de todos do que a parte que cada um defende, sem enganar irmãos ou pátrias.

Em suma, veríamos o mundo tornar-se melhor o Céu descer como por encanto sobre a terra e a harmonia da criação servir de moldura à concórdia dos corações”.

Quais as condições necessárias para que a Pedagogia da Unidade possa se efetivar? Trabalhar na perspectiva da unidade exige uma atitude de abertura e gratuidade, de acolhimento e de generosidade, de respeito e de diálogo que somente o amor pode despertar. O amor, transformado numa medida valorativa de nossas ações. Um amor que não é proselitismo e nem mesmo expressão de simples altruísmo, mas um amor que contém em si valores de justiça, de fraternidade, de bem-comum e de dignidade humana. Um amor que supera a visão puramente instrumental do conhecimento respeita a diversidade cultural e nega todas as formas de exclusão e opressão, ultrapassa a tendência ao individualismo e ao corporativismo e utiliza-se de valores comuns para construir uma solidariedade planetária.

Uma outra condição necessária para que a Pedagogia da Unidade possa se efetivar consiste no reconhecimento, como pessoa, de todos os envolvidos com a educação (pais, alunos, professores, ASGs, famílias, membros da comunidade, integrantes dos órgãos centrais etc.) Ao invés da noção de indivíduo pensado em sua materialidade incomunicável e indivisível (*individuum*), distinto de todos os outros homens, a noção de pessoa, ao contrário, corresponde à do homem que transcende sua individualidade em relação ao outro. A pessoa realiza-se como pessoa à medida que sai de si mesma e se doa aos seus semelhantes.

Pensando nos desafios da educação como construtora de fraternidade, há de se pensar sobre aqueles que a promovem. É preciso que cada um faça reemergir em si mesmo a consciência de sua socialidade, do seu ser social, sem os quais não seria verdadeiramente homem (na sua acepção ontológica). Porém, é preciso também refletir qual a dimensão que o trabalho tem ocupado em nossas vidas. Na visão cristã de trabalho, afirma Chiara,

“(...) se o homem aceita colocar como base de toda a sua vida e, portanto, também do trabalho, o amor universal para com todos os homens, ele é associado por Deus à sua obra de criador e de redentor (...). Com efeito, mediante o trabalho, a natureza recebe a marca do homem, mas, uma vez que o homem, amando, vive a sua realidade de imagem de Deus, então a natureza por ele transformada torna-se quase que Obra de Deus. O homem continua, portanto, o trabalho de Deus criador”.

É preciso forjar uma mentalidade nova sobre a realidade em que vivemos, isto pressupõe (re) significar as nossas categorias que regem o nosso pensar e o nosso agir educativo tendo em vista a construção de uma sociedade fraterna. Penso que caberia aqui qualificar melhor o que entendemos ser **fraternidade**. Já em 1967 o Papa Paulo VI afirmou: “O mundo está doente. O seu mal reside mais na crise da fraternidade entre os homens e entre os povos, do que na esterilização ou no monopólio, que alguns fazem, dos recursos do universo” (*Populorum Progressio*).

Recorrendo ao discurso proferido por Chiara numa conferência realizada em Innsbruck (Áustria), destinada a 1.400 políticos de 35 países da Europa, destacou a fraternidade como “via para revitalizar a política e lhe dar sentido”. Para esclarecer o lugar que a fraternidade ocupa no discurso de Chiara ela retoma os princípios da

Revolução Francesa quando esta advoga a Igualdade, a Liberdade e a Fraternidade como símbolos de uma revolução que se contrapunha a uma sociedade fortemente marcada pela injustiça social, para fazer valer como afirma o historiador Jules Michelet “o triunfo do direito, a ressurreição da justiça.” Ao destacar a necessidade de estabelecer um novo método na política a partir de uma cultura e de uma práxis política novas, tendo em vista a fraternidade como aquilo que deve mover a família humana, Chiara responde à seguinte questão: De que forma a fraternidade ajuda o político a realizar plenamente as próprias funções?

“Antes de mais nada, para o político [que vive a unidade], a opção pelo empenho político é um ato de amor, com o qual ele responde a uma autêntica vocação, a um chamado pessoal. Ele quer dar uma resposta a uma necessidade social, a um problema da sua cidade, aos sofrimentos do seu povo, às exigências do seu tempo. Quem tem fé percebe que é o próprio Deus a chamá-lo, por meio das circunstâncias; quem não tem uma fé religiosa responde a uma exigência humana que encontra eco na sua própria consciência: mas é sempre o amor que ambos enxertam na sua ação”.

Está mesma pergunta poderia ser dirigida a todos nós que atuamos em educação: De que forma a fraternidade, a unidade ajuda o professor, a diretora, a secretária de educação, a merendeira, o pedagogo a exercer melhor a sua função? Em se tratando da Pedagogia da Unidade percebemos que diferentemente de tantas belas e importantes teorias, ela nos convida a uma mudança profunda de mentalidade, ou seja, ela exige de nós não apenas uma coerência metodológica a partir de determinados princípios teóricos, mas uma transformação pessoal sempre atenta ao exercício cotidiano do amor, da justiça, da fraternidade e da unidade.

Numa tentativa de finalizar este primeiro momento com vocês, gostaria de expor aquilo que eu chamaria do caminho metodológico da Pedagogia da Unidade: A arte de amar.

- Amar como a si mesmo – respeitar o outro da forma como gostaríamos que fôssemos respeitados sem a medida do pré-conceito e da exclusão. Reconhecer que ao lado do coletivo existe o particular e que ao mesmo tempo que somos iguais, somos distintos; é nisso que consiste a pluralidade humana.
- Ver Jesus em todos – ver cada ser como uma pessoa. À medida que vemos Jesus no outro (somos a sua imagem e semelhança, portanto irmãos) fazemos cair as barreiras que nos cercam. “O homem reconhece nele Deus por descendência, vê nele a imagem de Deus”.
- Amar a todos – amar a todos indistintamente, com o coração livre que possibilita sempre a liberdade e a comunhão. Na escola não há quem sabe mais ou quem sabe menos. Todos nós temos experiências que precisam ser respeitadas e comunicadas. Saber que aquele que mais necessita de educação é sobre o qual a educação deve chegar com maior e melhor qualidade. Não condicionar o ensino a partir das aparências ou dos conceitos previamente formulados sobre o alunos, professor etc.
- Amar por primeiro – talvez seja este o desafio maior, pois exige de nós a capacidade de ir além das nossas idéias e de nossas impressões superficiais. Amar por primeiro significa ter a coragem de romper com o individualismo existente no contexto escolar, lançar-se ao outro, às suas necessidades.

Esses elementos não apenas contêm em si uma dimensão espiritual e social, mas uma dimensão pedagógica que alarga a nossa medida de profissionais de educação, de escola, de sociedade, de mundo. É a possibilidade, por excelência, de construir uma educação plasmada no sentido da fraternidade, da unidade.

Gostaria de finalizar destacando duas citações: Do sociólogo francês Alain Touraine que diz: “Não há produção do eu sem amor pelo outro; não há amor pelo outro sem solidariedade”. E do sociólogo italiano Tommaso Sorgi que ressalta: “É promovendo o outro que eu realizo a minha natureza, promovendo o outro, eu promovo a mim mesmo”.

Homens Novos Construindo Uma Humanidade Nova¹

Maria da Piedade Medeiros Paiva

O homem novo é um homem-mundo

Na análise conjuntural de nossa sociedade, no que se refere aos problemas mais graves de injustiça social, de violência, de corrupção, entre tantos outros que desfiguram a humanidade, esses problemas podem ter suas raízes mais profundas no egoísmo, no individualismo, na competitividade desenfreada, enfim, na relativização e inversão dos valores éticos.

Como tal esse quadro instala-se, por primeiro, no próprio homem, para depois manifestar-se e contaminar o grupo social onde ele atua, e, assim, ampliar-se na sociedade que ele constrói. Torna-se necessária a formação de “homens novos”, empenhados na construção de estruturas sociais mais humanas, justas e fraternas. Cabe-nos, agora, indagar: Quem são esses homens novos?

Confiam-me esta tarefa: conceituar este homem novo, caracterizando-o em sua forma de atuar concretamente, no seu dia-a-dia social e profissional, sob o aspecto pessoal e comunitariamente.

E fazê-lo na perspectiva do Movimento Humanidade Nova, um dos setores do Movimento dos Focolares, vivificado pelas idéias de sua fundadora, Chiara Lubich, inspiradas na encarnação do Evangelho nas realidades

¹ Esse texto foi apresentado na Jornada de Humanidade Nova, João Pessoa, PB em 20 de Outubro de 2002.

humanas, tendo como meta a Unidade, pedida ao Pai na oração de Jesus: “Pai, que todos sejam um”.

O que então estimulou-me a acolher tal desafio?

Foi porque creio nesta humanidade nova. Porque, ao longo de minha vida pessoal e profissional, como educadora, tenho me empenhado no esforço de construí-la ao meu redor, na distinção de minha realidade particular e, ao mesmo tempo, na unidade com tantos outros que almejam e vivem pelos mesmos ideais.

Foi porque conheço outra humanidade que, como ressalta uma das nossas canções, “ainda é humilde, ainda se desculpa e se faz criança; que não explora a própria gente pra tirar proveito; não sabe roubar pra ter, mas que se contenta em ganhar o pão com o seu suor; que abate as fronteiras, arrisca a própria vida e não usa armas, sabe usar o seu coração...”.

Creio nesta humanidade. Esta é a humanidade que crê no amor.

Eis, então, a primeira característica do homem novo : é alguém que crê no amor; um amor universal, gerador de fraternidade, enraizado no Evangelho e baseado na filiação comum: “Somos todos irmãos, porque filhos do mesmo Pai”. Este amor se concretiza apoiado em alguns princípios inarredáveis:

- Ama a todos, sem excluir ninguém. Ama a pátria alheia como a própria. Ama até o inimigo.
 - Faz ao outro o que gostaria fosse feito a si mesmo. Incultura-se. Focaliza o homem como o centro de qualquer processo de desenvolvimento.
 - Coloca-se no lugar do outro. Por isso, valoriza-o, percebe-o, sente-o. Esforça-se para alcançá-lo lá
-

onde se encontra, considerando as capacidades e as condições em que vive.

- Toma a iniciativa. Não se instala no comodismo. Faz a sua parte. Age, conforme sugere Chiara Lubich: “Onde não há amor, coloque amor e o encontrará.

O homem novo é um homem-mundo

Aqui faço uma consideração sobre a importância do irmão na vida de um homem novo. Ele é a porta, pela qual deve passar para encontrar a própria realização de seu potencial. Por isso, ele crê que tal realização ocorre não, apesar do irmão, mas, essencialmente, através dele.

Esse relacionamento, em que o outro é considerado um irmão de humanidade, inspira e fundamenta um novo humanismo. Alarga a visão, amplia a compreensão de universalidade. O amor que sustenta tal humanismo, como afirma Chiara Lubich, “*não é um amor apenas espiritual, é um amor completo; não pode limitar-se à vida privada que atuamos lado a lado com alguns irmãos, mas deve alcançar todos os problemas da humanidade, dilatar o coração para envolver o mundo inteiro, pois o homem novo é um homem-mundo.*”

Ao mesmo tempo em que toma consciência dessa universalidade, desperta para a responsabilidade de ocupar devidamente, com a necessária coerência, o seu espaço particular. Ali, colabora para as mudanças no mundo que o rodeia: na fábrica, na escola, no comércio, no hospital, no mandato que lhe foi confiado, enfim, onde quer que se encontre.

Nessa tarefa, junta-se a outros que consigo dividem os mesmos ideais e buscam objetivos comuns. Esse fazer juntos alimenta a reciprocidade, geradora da unidade.

O homem novo é um homem-comunhão.

Por isso, sobrevive não do que retém ou acumula, mas daquilo que doa, reparte, compartilha. Encontra sentido para a destinação não apenas de seus bens materiais, mas de seus dons, talentos, capacidades e oportunidades.

Na vivência dessas convicções, o homem cresce sempre mais, dilata-se, preenche-se, realiza-se.

O homem novo é sujeito e não objeto; é agente e não paciente

Isto significa que é alguém que age, realiza, faz acontecer, não permanece à espera dos outros. Assume a sua parte. Tenta mudar as situações que lhe parecem adversas. Não se acomoda; inquieta-se e questiona. Busca caminhos, persevera e recomeça.

Mas, age sempre inspirado pelo amor que “tudo crê, tudo espera, tudo suporta” porque o amor tudo vence. Por isso, ouve e acolhe os argumentos do outro, flexibiliza seus posicionamentos para dar passos juntos, em busca da unidade.

Poderíamos concluir a conceituação que tentamos fazer sobre o homem novo, apresentando-o nas três dimensões em que Tommaso Sorgi², um dos animadores do Movimento Humanidade Nova, o considera:

- É um homem EM: profundidade, um homem total - corpo e espírito- mas total também no sentido da globalidade da experiência humana, em todas as suas manifestações: físicas, mentais, espirituais, sociais, profissionais.
- É um homem PARA : ele não existe para si, existe para o outro. Não apenas para aquele que lhe é pró-

² Tommaso Sorgi, sociólogo italiano autor de vários livros.

ximo, o vizinho, o amigo, o companheiro, mas para qualquer ser humano.

- É um homem COM: não vive para si, não vive sozinho. Busca a comunhão em todos os planos de sua vida. Comunhão com o próximo e comunhão com Deus.

E para concluir, convidaria todos vocês aqui presentes, a darem a sua contribuição, pessoal e comunitariamente, para que a humanidade, renovada por esse amor que transforma, torne-se, cada vez mais, uma realidade entre nós. Que, de mãos dadas, com a vida, possamos rezar a oração fundamental do cristão, o Pai nosso, que une com um fio direto o “Pai nosso que estais no céu” com o “pão nosso de cada dia” sobre a terra.

O Direito à Paz Comunicativa Intercultural: Desafio aos Direitos Humanos¹

Francisco Gomes de Matos

Que saibamos honrar nosso direito-dever de comunicadores pacíficos interculturais e, unidos pelos valores da bondade, dignidade e solidariedade, saibamos educar as gerações atuais e futuras para o Bem comunicativo intercultural da Humanidade.

Resumo:

Este trabalho apresenta quatro tradições interligadas: Direitos Humanos, Estudos da Paz, Estudos Interculturais e Estudos de Positividade e enfatiza o apelo deste conferencista em prol do Direito à Paz Comunicativa Intercultural.

A Tradição de Direitos Humanos. Da DUDH à Carta dos Direitos Emergentes

A humanidade conseguiu ter um notável avanço moral dia 10 de dezembro de 1948, ao proclamar-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Embora antes desse documento já tivesse havido iniciativas precursoras, nas quais referia-se, de maneira questionável, ao Direito do Homem (cf. Hersch, 1984), costuma-se dizer que a Tradição de Direitos Humanos inicia-se contemporaneamente com a publicação da referida Declaração.

¹ Palestra proferida no Encontro da Associação Brasileira de Estudos canadenses, UFPE 2007.

De fato, a expressão “Direitos Humanos” é relativamente nova, tendo surgido após a Segunda Guerra Mundial (Bartoli & Psimopoulos, 2006). Apesar de divulgada quase universalmente, o texto da DUDH ainda é pouco conhecido, mesmo em contextos educacionais. Assim, quando pergunto a participantes em oficinas pedagógicas sob minha orientação quais os cinco membros da família de Direitos Humanos, explicitados na DUDH, percebo que a maioria ainda não tinha esse conhecimento elementar: Direitos Civis, Políticos, Econômicos, Sociais e Culturais. Aproveito, então, esse momento e leio o Artigo 27: “Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural em comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e dos benefícios que dele advenham”. Após desafiar os participantes a interpretarem o referido artigo, pergunto por que as cinco categorias de direito supracitadas estão inter-relacionadas. Em seguida, menciono outro acontecimento notável na Tradição de Direitos Humanos: a Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, 25 de junho de 1993. Dela resultou a importante Declaração de Viena (texto integral em Drinan, 2001) que, além de dar continuidade à DUDH, aborda os direitos da mulher, da criança e outros tópicos atuais, embora não faça menção à Declaração Universal de Direitos Lingüísticos (Barcelona, 1996). Ainda sobre Direitos Humanos, para ter-se uma visão bem recente, recomendo o estudo inicial sobre Direitos Emergentes, com base na *Charter of Emerging Human Rights*, redigida em Barcelona em 2004 e disponível na Internet. Saliento que, dentre os 10 princípios formulados nessa Carta, já está incluído o Princípio da Multiculturalidade e que, dentre os valores subjacentes àquele importante texto, chama-se atenção para o “conhecimento”. Sustenta-se, assim, que a sociedade

do conhecimento transformou o conhecimento humano em um dos valores fundamentais.

Após essas considerações preliminares a respeito dos Direitos Humanos, sob uma perspectiva abrangente, apresento um exemplo de como esses Direitos estão sendo promovidos aqui do Centro de Artes e Comunicação, que auspiciosamente acolhe este evento.

No CAC funciona a Comissão de Direitos Humanos Dom Helder Câmara, reconhecida como órgão de relevante utilidade pública, com Regimento Interno aprovado pelo Conselho Universitário no dia 30 de Novembro de 2000. É composta por seus membros fundadores – tenho o privilégio de ser um deles – dois representantes do Conselho Universitário, um representante discente de graduação e pós-graduação e um representante dos servidores técnico-administrativos. A CDH surgiu do desejo de estabelecer ações, em defesa dos Direitos Humanos. Tem como finalidade coordenar e realizar estudos, pesquisas e atividades de extensão e assistência em defesa da cidadania.

Uma de suas iniciativas inovadoras é o Curso Educar para os Direitos Humanos, oferecido anualmente, como uma experiência interdisciplinar, sob a responsabilidade de profissionais da UFPE e convidados de outras instituições, que partilham seus conhecimentos em áreas diversas dos Direitos Humanos, como Fundamentos de DH; Direito à Cidadania e à Moradia, Direitos Lingüísticos. Os participantes desse Curso estão ligados a diversos Centros da UFPE. Recebem créditos pela frequência e produzem uma monografia sobre um tema abordado no Curso. Cito o pensamento de Dom Helder Câmara que norteia o trabalho da CDH: “Firmemo-nos na opção de clamar por justiça como caminho para a paz”.

Direitos Lingüísticos: um pouco de sua gênese e seu desenvolvimento

O interesse pelos direitos lingüísticos de minorias – imigrantes, comunidades indígenas, por exemplo – só começa a atrair a atenção internacional com a realização em Barcelona, de 6 a 9 de junho de 1996, da Conferência Mundial de Direitos Lingüísticos, da qual resultou a Declaração Universal de Direitos Lingüísticos (textos originais em catalão, espanhol, francês e inglês. Veja-se o site www.linguistic-declaration.org). Esse documento (Parte introdutória, Preâmbulo, 52 artigos, Disposições adicionais e finais) é fruto de um movimento (por linguistas, professores de línguas, juristas) iniciado na década de 80.

Assim, em abril de 1984, o boletim da FIPLV – Fédération Internationale des Professeurs de Langues Vivantes (então co-patrocinado pela UNESCO) – publica um apelo de minha autoria, em prol de uma Declaração Universal de Direitos Lingüísticos Individuais (Gomes de Matos, 1984). Três anos depois, fundava-se, em Montreal, Canadá, a pioneira Academie Internationale de Droit Linguistique Comparée e realizava-se em Recife, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, de 7 a 9 de outubro de 1987 um Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Direitos Culturais, co-patrocinado pela Associação Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação Intercultural e UNESCO. Naquele memorável evento, que tive o privilégio de coordenar, foram convidados/homenageados Paulo Freire e Dom Helder Câmara. O texto resultante desse encontro recebeu o nome de Declaração do Recife, tendo sido redigido em inglês e francês. Transcrevo sua Recomendação: “Recomenda-se que sejam adotadas medidas pelas Nações Unidas para adotar-se e implemen-

tar-se uma Declaração Universal de Direitos Linguísticos que incentive a formulação de políticas linguísticas nacionais, regionais e internacionais”.

A Tradição de Estudos da Paz: áreas estabelecidas e emergentes

Os Estudos sobre a Paz têm uma expressiva tradição que remonta ao final da década de 40, através de um programa de estudos instituído em 1948, no Manchester College, Estado de Indiana, EEUU. A primeira área, Educação para a Paz, desenvolveu-se quase simultaneamente com a de Estudos sobre Paz e Conflito. Outra área a destacar: o Ensino de Línguas para a Paz, iniciado através do Programa Linguapax, criado em memorável reunião da FIPLV em Kiev, na então União Soviética. Aos interessados no importante papel desempenhado por aquela Federação na promoção da Paz, recomendo a consulta ao volume comemorativo dos 75 anos da FIPLV: Cunningham, Freudenstein e Ode (Eds), 2006. A essas áreas acrescento duas emergentes: a Psicologia da Paz – tem revista própria: *Peace and Conflict. Journal of Peace Psychology* – e ainda adolescente Linguística da Paz (Gomes de Matos, 2002, 2005 e 2006).

Um exemplo concreto de problema que interessa aos pesquisadores da área de Estudos da Paz: concepções de Paz em dicionários gerais, não-especializados. Assim, como lexicógrafos das mais diversas tradições linguoculturais definem Paz? O que enfatizam? Porquê? Que traço definatório é partilhado em definições da Paz em dicionários de diversos países? O que isto pode revelar sobre percepções da Paz interculturalmente? Para responder a primeira indagação recorro ao *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*, de Francisco S. Borda (São Paulo,

Editora UNESP, 2004). O verbete PAZ apresenta 5 sentidos: 1. PAZ como ausência de guerra ou de conflito; 2. PAZ como relação tranqüila entre pessoas; 3. PAZ como ausência de agitação ou de perturbação; 4. PAZ como descanso, tranqüilidade; 5. PAZ como cessação de disputas e agressões (p.1042).

Quanto ao que estaria partilhado por dicionários criados em outros países, recorro ao *Random House Webster's College Dictionary* (New York, Random House, 1997). Eis os 6 sentidos atribuídos a **peace**: 1. Freedom from war; 2. State of harmony between people or groups; 3. Freedom from civil commotion; 4. Freedom, from anxiety; 5. State of tranquility or serenity; 6. Silence.

Ao fazermos uma leitura comparativa, percebemos que PAZ é definida negativa, em vez de positivamente. Neste caso, PAZ é presença de dignidade, justiça, solidariedade. Seria uma definição construída positivamente. A pesquisadores da área de Estudos da Paz também interessaria comparar formulações do conceito-chave de **Cultura de Paz**, tanto de autores na literatura especializada, quanto em documentos de organizações nacionais ou internacionais. Assim, para a UNESCO, **Cultura da Paz** tem a ver com valores, atitudes e ações que reflitam e inspirem interação social e partilha, baseados nos princípios da liberdade, justiça, democracia, direitos humanos, tolerância e solidariedade (Cf. Frederico Mayor, *Culture of Peace*, na enciclopédia on-line EOLSS Life-Support Systems, UNESCO, 2006).

Os Estudos Interculturais

Outra tradição muito significativa é a do Interculturalismo, também surgida, em contextos universitários em meados da década de 50, embora o adjetivo

“*Crosscultural*” tenha feito sua estréia em língua escrita em 1940. Como estudante de mestrado em Lingüística na University of Michigan, no final da década de 50, tive como livro inspirador sobre comparação intercultural-lingüística o pioneiro *Linguistics across Cultures*, de meu professor e posteriormente mentor Robert Lado (1957). Sob a rubrica de Estudos Interculturais encontramos vários campos de pesquisa interdisciplinar: Comunicação intercultural, Educação intercultural, Negociação intercultural, Psicologia intercultural, Resolução de conflito multicultural (uma fonte sobre esta área, que busca a identificação de competências multiculturais: Pedersen, 2006).

Na área de Estudos Interculturais está ocorrendo uma mudança significativa: busca-se uma compreensão da multifacetada identidade cultural e intercultural de pessoas, nos mais variados contextos. Assim, importa pesquisarmos de que modo e até que ponto os outros estão em nós (que influência recebemos de quem? Como? Por quê?) e vice-versa: estaremos influenciando em outras pessoas, grupos, comunidades? Como? Qual o papel da Internet nessas interações interculturais, interindividuais, intra e intergrupais?

Em sua magistral síntese sobre Comunicação Intercultural, Claire Kramsch (2001), formula duas perguntas instigantes: Como se poderia preparar diplomatas, advogados, professores de línguas a transformar fronteiras interculturais num espírito de aceitação e aplicação de direitos e deveres interculturais? Indaga também essa interculturalista de Berkeley: como se poderia capacitar pessoas a aprenderem línguas e, ao mesmo tempo, tornarem-se co-promotoras da paz e da harmonia?

Apesar de meu apelo internacional em favor dos direitos-deveres interculturais de professores de línguas

(Gomes de Matos, 1997), muito está por se fazer, tanto em programas de formação de educadores, quanto em aplicações práticas de resultados de pesquisas interculturais centradas no que chamo de paz comunicativa.

Estudos de Positividade

Nesta caminhada, rumo à postulação de um novo tipo de direito humano integrador - o direito à paz comunicativa intercultural - acrescento breves reflexões sobre o que chamaria de Estudos sobre a Positividade. Essa tradição surge no final da década de 1968, com o surgimento em Wiesbaden, Alemanha da Psicoterapia Positiva, sob a liderança de Nosrat Peseshkian (consulte-se no Google, Positive Psychotherapy). 18 anos mais tarde a Editora da UFPE publicava *Pedagogia da Positividade*, de minha autoria (Gomes de Matos, 1996). Esse livro é intitulado Comunicação construtiva em português. Logo depois, em 1998, surge a área de Psicologia Positiva, da qual uma das mais expressivas representantes é Rachel MacNair.

Na área de Estudos da Positividade, vasto é o território de questões a serem problematizadas. Como atuamos em Estudos de Positividade Comunicativa ou Comunicação Positiva, exemplificamos com uma dimensão que tem a ver com o papel humanizador de professores em sua interação com alunos em sala de aula. Assim, uma das perguntas-chave a responder sobre a positividade comunicativa de professores seria: Como exerço, comunicativamente, meu papel de professor(a), no convívio com alunos? Que fraseologia e que vocabulário uso? Contribuo para a criação de um clima de democracia participativa, em sala de aula? Como? Por causa de minha falibilidade comunicativa, posso recorrer a ver-

bos que me distanciam/separam dos alunos, causando a impressão de que sou autoritário(a)? Como evitar isso?

Eis alguns dos verbos que bem poderiam constar da lista de verbos a serem evitados ou, se possível, eliminados do Discurso Pedagógico Docente:

Mandar (eu mandei que vocês fizessem a tarefa assim...). Neste caso, a comunicação positiva seria **Pedi que...**

Ter que (o trabalho tem que ser digitado, senão...). Em uma interação empática (pensemos primeiro em nosso próximo comunicativo), poderíamos dizer **É desejável que** o trabalho seja digitado, pois...(seguir-se-ia uma argumentação humanizadora). Interessante que, em língua inglesa, em materiais didáticos ocorra o uso de **have**, equivalente ao nosso **mandar**. Um(a) professor(a) que, em inglês, afirme **I have my students work in groups**, estará (às vezes inconscientemente) manifestando autoritarismo. O uso positivo, recomendável é **I ask my students**.

Embora os exemplos dados sejam de vocabulário, a maneira de construir frases, parágrafos e textos maiores também precisa ser objeto de pesquisa sistemática, por linguistas, educadores, psicólogos e outros interdisciplinaristas comprometidos na causa da paz comunicativa.

Contribuições Canadenses aos Estudos da Paz

Como este evento é auspiciado pela Associação Brasileira de Estudos Canadenses, destaco dois *websites* para conhecer-se um pouco do expressivo trabalho realizado no Canadá: www.peace.ca e www.meaning.ca.

www.peace.ca: Neste site, apresenta-se um slogan: *If you don't act, you are just using empty words* (Se

você não agir, estará apenas usando palavras vazias). Essa apologia em favor da **ação** poderia ter resumido a intenção comunicativa deste modo: *Act and Interact, using constructive words* (Aja e interaja, usando palavras construtivas).

Em seguida, encontramos a seção *Peace for Dummies. Everything you ever wanted to know about peace but didn't know who to ask* (Paz para os desinformados. Tudo o que você queria saber sobre a paz, mas não sabia a quem perguntar). O texto caracteriza *The Canadian Peace Initiative*, através de *Peace for Beginners*, cujo Sumário traduzimos a seguir: Nossa visão: Contruir um mundo melhor com uma **Cultura da Paz**; Introdução aos Estudos da Paz; Como você pode fazer a diferença; A paz é realizável? Qual a fórmula para a Paz? Programa Nacional de **Cultura da Paz** para o Canadá; MacroPaz; Como realizar uma Paz Mundial; O líder pacífico; Visões de um Instituto Canadense de Paz.

Seguem-se 7 apêndices, dos quais destacamos: Propostas/Soluções; Recursos informativos; Quem é Quem; Significativamente, acrescenta-se um Glossário de Termos Pacíficos originário do *International Online Training Program in Intractable Conflict, Conflict Research Consortium, University of Colorado* (www.peace.ca/glossaryUcolorado.htm)

Na seção FAQ (Frequently asked questions), tomamos conhecimento de que o Diretor do Canadian Centres for Teaching Peace é Bob Stewart (e-mail: stewart@peace.ca). O site www.peace.ca inclui uma resenha escrita por esse patriota da paz sobre o livro *The Human Right to Peace* (Toronto: Corvalis, 2003) de autoria do senador canadense Douglas Roche. Nesse inspirador volume, o autor contrasta Cultura da Guerra e **Cultura da Paz**, apontando as características dessas duas catego-

rias de Cultura. Assim, na Cultura da Guerra, enfatiza-se imagens do inimigo, armamentos, violência (estrutural e física), educação para a guerra, exploração dos fracos e do meio ambiente. Na **Cultura da Paz** são enfatizados: Compreensão, tolerância e solidariedade; desarmamento geral e completo; respeito a todos os direitos humanos; educação para uma **Cultura da Paz**; desenvolvimento econômico e social sustentável. Em suma, uma visita ao referido site poderá dar uma idéia da contribuição significativa que vem sendo dada pelo Canadá à causa da Paz mundial.

www.meaning.ca: Este segundo site canadense tem como slogan *Promoting health, spirituality & peace* (Promover a saúde, a espiritualidade e a paz). Mantido pelo *International Network on Personal Meaning*, objetiva contribuir para a promoção da saúde, da paz e das realizações humanas positivas, através de pesquisas, educação e psicologia positiva, com foco na busca universal do significado. O Instituto publica um boletim e tem como Presidente Dr. Paul T. Wong (Paul@meaning.ca). Dentre os textos disponíveis em inglês, destacamos: *The Meaning of Life; Worthy lives gallery*. O site é representativo da Psicologia Positiva de Significação Pessoal, Sentido da Vida e Terapia Existencial. Segundo esse enfoque, uma psicologia positiva radical é necessária para os tempos radicais em que vivemos. Em suma, uma contribuição instigante, oriunda de pesquisas canadenses.

Apelo em Favor do Direito Comunicativo Fundamental

No início da década de 90, fiz um apelo, em um boletim de Sociolingüística, em favor da Integração dos conceitos-chave de Paz e Comunicação (Gomes de Matos, 1993). Dessa fusão conceitual resultou o conceito de

Paz Comunicativa (*ing. Communicative peace*). Desde então, venho sustentando a necessidade de aplicarmos esse conceito universalmente (Gomes de Matos, 2005 e 2006). Concluo, mais provocadoramente, postulando um Direito à Paz Comunicativa Intercultural como uma nova categoria de Direito Humano Fundamental. Como cidadã(o)s planetário(a)s, precisamos saber promover a Paz na comunicação intra e interpessoal, intra e intergrupar, intra e internacional em todas as culturas. Para quê? pergunta-rão alguns. Para podermos contribuir, solidariamente, à manutenção, à sustentação de uma **Cultura da Paz** também Comunicativa e Intercultural. Em o fazendo, estaremos agindo como interdisciplinaristas humanizadores, contribuindo para o desenvolvimento da extraordinária Tradição de Direitos Humanos da qual somos beneficiários e co-responsáveis. Que saibamos honrar nosso direito-dever de comunicadores pacíficos interculturais e, unidos pelos valores da bondade, dignidade e solidariedade, saibamos educar as gerações atuais e futuras para o Bem comunicativo intercultural da Humanidade.

REFERÊNCIAS

- Bartoli, Andréa & Yannis Psimopoulos, (2006). Conflict Resolution and Human Rights. In: *The Handbook of Conflict Resolution*. Morton Deutsch, Peter V. Coleman e Eric C. Marcus (eds) 2nd Ed. San Francisco, Jossey-Bass.
- Cunningham, Denis, Reinhold Freudenstein & Cecilia Odé (eds) (2006). *Languages Teaching. A Worldwide Perspective. Celebrating 76 years of FIPLV*. Belgrave, Australia, FIPLV.
- Drinan, Robert F. (2001). *The Mobilization of Shame. A Worldview of Human Rights*. New Haven & London, Yale University Press.
- Gomes de Matos, F. (1984). A Plea for a Language Rights Declaration. *FIPLV World News*. Vol. 34,3.
- Gomes de Matos, F (1993) Probing the Communicative Paradigm: a new concept for Sociolinguistics. *Sociolinguistics Newsletter*. Dublin, International Sociological Association, July.
- Gomes de Matos, F. (1996). *Pedagogia da Positividade. Comunicação Construtiva em Português*. Recife, EDUFPE.
- Gomes de Matos, F. (1997) Teacher's Intercultural Rights: a Plea. *FIPLV WORLD News*. October, PP.1-2.
- Gomes de Matos, F. (2002) *Comunicar para o Bem. Rumo à Paz Comunicativa*. São Paulo, Editora Ave Maria. 2ª. Edição, 2006.
- Gomes de Matos, F. (2005). Using Peaceful Language: from principles to practices. In: *UNESCO-EOLSS Encyclopedia on line. Encyclopedia of life support systems*. www.eolss.net.
-

-
- Gomes de Matos, F. (2006). Language, Peace, and Conflict Resolution. In: *The Handbook of Conflict Resolution. From Theory to Practice*. Morton Deutsch, Peter V. Coleman & Eric C. Marcus (eds) 2nd Ed. San Francisco, Jossey-Bass. 158-175.
- Hersch Jeanne. (1984). *El Derecho de Ser Hombre*. Madrid, Editorial Tecnos e Paris, UNESCO.
- Kramsch, Claire (2001). Intercultural Communication. In: *The Cambridge Guide to Teaching English to Speakers of Other Languages*. Ronald Carter e David Nunan (eds). Cambridge University Press, PP 201-206.
- Pederson, Paul (2006). Multicultural Conflict Resolution. In: *The Handbook of Conflict Resolution. From Theory do Practice*. Morton Deutsch, Peter V. Coleman & Eric C. Marcus (eds). 2nd Ed. San Francisco, Jossey-Bass.
-

Evolução do Conceito Paz¹

*Andréa Varela Leite
Elizabeth Angela de Macêdo Silva*

“A Paz, portanto, não é mais entendida apenas como a falta de violência, mas como uma cultura, construída, conquistada e vivenciada por toda a comunidade, onde são vivenciados valores como o respeito mútuo, diálogo, amor ao próximo, a justiça, entre outros”.

Nos tempos atuais, a Paz está sendo pensada e aprofundada de forma abrangente, desde aspectos psicológicos, seguindo para a área sócio-econômica e política, até atingir o plano da educação e da cultura. Muitos sinais levam a pensar que a Paz está ganhando mais força na consciência da humanidade, sendo incorporada no cotidiano das pessoas como um instrumento de valor vivo e essencial para a vida.

A Paz, portanto, não é mais entendida apenas como a falta de violência, mas como uma cultura, construída, conquistada e vivenciada por toda a comunidade, onde são vivenciados valores como o respeito mútuo, diálogo, amor ao próximo, a justiça, entre outros.

O interesse mundial fez a Organização das Nações Unidas - ONU declarar o período entre 2001 e 2010 como Década Internacional pela Cultura de Paz e Não-Violência, promovendo uma mobilização mundial em torno da temática.

¹ Texto extraído da monografia “EDUCAÇÃO PARA A PAZ NO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE IGARASSU/PE: relato da experiência de um grupo multidisciplinar de educadores.

Falar sobre Cultura de paz ou Educação para a Paz implica iniciarmos uma reflexão abrangente reflexão sobre o conceito de Paz, buscando compreender sua relevância no contexto de uma civilização em constante mudança.

Revisitando a história da humanidade em direção a compreensão da Paz, destacaremos quatro tradições ocidentais – grega, romana, judaico-cristã e moderna, reconhecendo a limitação desse ‘olhar ocidental’, como diz Brandão:

(...) Um olhar sobre o destino dos povos que, parecendo ser humanamente universal, nunca deixou de ser socialmente ocidental (BRANDÃO, 1995, p.55).

Segundo os versos de Hesíodo (1995), a tradição grega revela que Eirene, a Paz, é uma das três Horas, filhas de Têmis e de Zeus. As Horas – Equidade, Justiça e Paz – são figuras das estações, divindades da natureza, zeladoras do ciclo da vegetação. A associação da paz com a justiça e a equidade expressa uma relação familiar ligada ao equilíbrio da natureza e da polis. A simbologia grega da paz se associa tanto à noção de harmonia e beleza, como a de ausência de perturbação. Estes ideais serão expressos por uma ordem da natureza que garante a abundância e a fecundidade da vida.

Moradora do Olimpo, Eirene é perseguida por Polemos, a personificação da guerra. A paz grega, assim, é experimentada como relatividade e negatividade da guerra, interrupção, providenciada pelos deuses, do estado bélico normal.

Temos, então, uma das idéias iniciais de Paz, permeada pela mitologia grega, a qual foi amplamente absorvida pela cultura romana, no auge de sua expansão territorial.

O Império Romano, ao longo de sua existência foi marcado pela sua capacidade de domínio devido ao seu poder bélico. Historicamente é considerado um povo guerreiro, que escravizava todos os povos conquistados. No decorrer de suas conquistas, muitos imperadores marcaram a história romana, em particular Otávio Augusto, conforme afirma Sêneca:

Na tradição romana, com o Império de Otávio Augusto em 13 a.C., devido a sua volta às suas vitórias da campanha militar, foi construído, por ordem do senado romano um altar à Deusa da Paz, a *Ara Pacis Augustae*, (o altar da paz de Augusto). O qual revela as conexões entre o exército romano e a simbólica da paz. A tradição romana de paz liga-se, assim, ao poder de Roma: paz é a paz estabelecida pelo centro do poder, desejada politicamente pelo imperador e estabelecida e garantida militarmente pelo exército romano. Não é à toa que *Pax Romana* fosse também sinônimo de *Paci Augustae*, isto é, a paz do imperador (SÊNeca, 1990, p.51).

Esta concepção militarista é visibilizada, pela imagem da Deusa da Paz com o pé direito sob a cabeça de um vencido junto com Marte, o Deus da guerra romano. A paz deixa de ser associada à justiça e à equidade, como na Grécia, para se vincular à guerra e à vitória. A paz romana se caracteriza como uma paz armada.

Na tradição judaico-cristã, a paz se expressa através da aliança de Deus com a humanidade, inicialmente representada pela pomba e o ramo de oliveira. O relato que explicita essa visão se encontra em Gênesis 8, dentro da narrativa de Noé quando ele soltou uma pomba ao ver baixar as águas do dilúvio e logo depois a mesma volta trazendo no bico um ramo de oliveira, representando essa aliança.

A compreensão judaica de paz assegura elementos já presentes na tradição grega, e, muitas vezes, uma recusa e oposição à visão militarista romana.

No Cristianismo pode-se também considerar a vida de Jesus de Nazaré a partir da categoria da paz, como alguém que derruba fronteiras e limites e recusa a guerra e a violência. Alguns textos da comunidade cristã primitiva, entre eles o de Efésios (2,14), mostra essa consciência: “É ele, com efeito, a nossa paz; do que era dividido fez uma unidade; em sua carne destruiu o muro de separação, o ódio” (Efésios (2,14) apud BINGEMER, 1999, p.36). Segundo o referido autor, este conceito está ligado à idéia de paz conectada ao evento da morte e ressurreição de Jesus Cristo, quando *Shalom* é, com efeito, a primeira palavra do Ressuscitado. O mesmo autor cita que Jesus usa, várias vezes, a expressão “vai em paz”. “No sermão da Montanha, proclama felizes os que promovem a paz, escreveu Mateus (5,9). João (14, 27) lembra as palavras de Jesus aos discípulos na última ceia: “eu deixo a paz, eu dou a paz, mas não como o mundo dá” (João (14,27) apud BINGEMER, 1999, p.36).

Então, para os cristãos primitivos, a paz é um dom messiânico que instaura a felicidade, a justiça e, não apenas uma simples disposição da alma. Como dom messiânico, deve ganhar expressão no cotidiano. Assim, a paz assume conotações próprias da concórdia, compreensão que marcará a simbólica ocidental da paz.

Através desta reflexão podemos perceber e compreender que a idéia de paz transcende do individual ao comunitário e assume referenciais como abundância, harmonia, justiça, pacto, não-violência e outros.

A tradição moderna é caracterizada pela emergência do capitalismo, dos estados nacionais, da ascensão da burguesia e pelo aparecimento da racionalidade moderna, fatores que contribuíram para redimensionar a simbólica da paz, até então vista numa dimensão divi-

na. Assim, caem os fundamentos religiosos e místicos, surgindo a necessidade de uma justificativa não religiosa da aspiração da humanidade à paz.

Kant (1989) defende essa nova expressão como a filosofia moderna do direito, assim chamada paz perpétua, onde argumenta que os homens livres se associam para instaurar a paz, os Estados deveriam se confederar para instituir a paz perpétua.

Como projeto filosófico, a paz assume uma perspectiva transcendental, radicando sua essência no sujeito racional e livre. Kant afirma que “a razão, de cima de seu trono do poder legislativo moralmente supremo, condena absolutamente a guerra como procedimento de direito e torna, ao contrário, o estado de paz um dever imediato” (KANT, 1989, P.40). O referido autor retira o tema da paz do domínio religioso, do imaginário utópico e do sentimento comum, dotando-o de racionalidade e incorporando-o na filosofia crítica.

A noção de paz construída sob o olhar do ocidente constata a perda de seu conteúdo político e sua progressiva privatização, tornando-a, no senso comum, como algo privado, particular, próprio de indivíduos. Reduzir a idéia de paz aos sentimentos de segurança ou de tranquilidade foi, sem dúvida, um empobrecimento.

Constatamos que, atualmente, a paz tem-se constituído em discursos fáceis, emocionalismos e falta de consistência teórica. É importante notarmos o nexos existente entre a simbólica da paz e os modelos civilizatórios. A paz é a expressão da autoconsciência da civilização. A simbólica da paz é a simbólica do ocidente, marcada pela força de um modelo civilizatório. O antropólogo Carlos Brandão fala de uma fetichização da paz:

Em primeiro lugar por torná-la como uma coisa, uma entidade, algo constituído e dado a ser apenas vivoído, compartilhado; uma espécie de milagre à

espera de seus homens; em segundo lugar, por ela me parecer haver sido proposta, até nossos dias, desde um ponto de vista único. Um olhar sobre o destino dos povos que, parecendo ser humanamente universal, nunca deixou de ser socialmente ocidental (BRANDÃO, 1995, p.55).

Há um uso do conceito de paz, que poderíamos chamar de hegemônico, que se impõe exatamente pelo vazio de propostas e de definições. É o risco da banalização do conceito que, na pretensão de dizer tudo, deixa de apontar para algo.

É importante ressaltar posicionamentos críticos à fetichização da paz como o de Paulo Freire, ao receber o prêmio Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, em 1986, pela sua ação construtora de Educação para a Paz:

Sobre esse assunto Gadotti afirma que:

A paz se cria, se constrói, na e pela superação das realidades sociais perversas. A paz se cria, se constrói, na construção incessante da justiça social. Por isso, não creio em nenhum esforço chamado de educação para a paz que, em lugar de desvelar o mundo das injustiças, o torna opaco e tenta miopisar suas vítimas (GADOTTI, 1996, p.52).

A compreensão desses conceitos está marcada por algumas tônicas de novas nuances da paz, como: pensar a paz mais como positividade do que negatividade, superar o conceito de paz ocidental como ausência de algo, notadamente como ausência de guerra ou de perturbação, para um conceito mais positivo, associado às experiências humanas, tais como justiça e igualdade.

Assim, Brandão nos revela que:

Pensar a paz mais como uma construção do que um estado. A paz não é um estado dado, mas algo a ser instaurado e construído por nós, da qual não somos seus clientes ou seus beneficiários, mas os sujeitos e co-criadores. Como construção, a paz é, uma criação do exercício generoso do diálogo entre as pessoas que não pode ser outorgado. Um dever de direitos que nos cabe, por quem somos individual e coletivamente responsáveis, seres da sociedade, dos povos e nações da Terra (BRANDÃO, 1995, p.48)

Pensar a paz como realidade intersubjetiva, como construção, faz com que assuma um significado além do atributo individual, vislumbrado em afirmações como *estou em paz ou tenho paz em mim*, para assumir uma compreensão mais coletiva e comunitária, como evento do ser-no-mundo.

Concluimos com um pensamento de Chiara Lubich, fundadora do Movimento dos Focolares, que, ao receber o mesmo Prêmio, dez anos após Paulo Freire, assim se expressou:

Como se poderia pensar na Paz e na unidade do mundo sem a visão de toda a humanidade como uma única família? (...) É evidente que, para qualquer pessoa que tente transpor as montanhas do ódio e da violência, esse empreendimento é enorme e árduo. Mas o que é impossível para milhões de homens isolados e divididos, parece que se torna possível para pessoas que fizeram do amor recíproco, da compreensão recíproca, da unidade, a motivação essencial da própria vida (LUBICH, 1996, p.7).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Emanuel Melo. **A Educação Para a Paz**. São Paulo: Paulinas, 2002.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia e da Religião Romana**. 12. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

GADOTTI, Moacir. **A educação contra a educação: o esquecimento da educação e a educação permanente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Brasília-DF: UNESCO-1996.

HESÍODO. **Teogonia: a origem dos deuses**. São Paulo: Iluminuras, 1995.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Porto Alegre: L & PM Editores, 1989.

LUBICH, Chiara. **Mensagem por ocasião da outorga do Prêmio UNESCO de Educação à Paz**, Estrasburgo, 1996

NUNES, Clóvis. **Educação pela Paz**. João Pessoa: Casa da Paz, 2003.

PATIO: REVISTA PEDAGÓGICA. Porto Alegre: Artmed, trimestral, Ano VI, N° 21, maio/julho - 2002.

POMPERMAYER, Fernanda, BRUSCHKE, Klaus. **Chiara Lubich: uma vida pela UNIDADE**. São Paulo. Cidade Nova, 1998.

RESENDE, Marcelo. **Paz, reflexões em torno de um conceito.** Disponível em : http://www.dhnet.org/educar/balestreri/inquietude/marcelo_rezende.htm . Acesso em 20 ago. 2005.

SÊNECA. **Tratado sobre a clemência.** Petrópolis. Vozes. 1990.

O Princípio da Cooperação na Linguagem

Evangelina Maria Brito de FARIA¹

O diálogo é construído com base nos princípios da cooperação, que está na raiz da paz.

Nada caracteriza melhor o homem do que a linguagem. Somos seres de linguagem. Descobrir o princípio da cooperação como fator constitutivo dessa linguagem é constatar que o homem é constituído, pelo menos em sua linguagem, de princípios cooperativos. No nosso dia a dia, precisamos nos conscientizar de que a abertura ao outro é condição essencial para o nosso crescimento e construção de nossa identidade. No nosso falar cotidiano, a cooperação, como uma partitura invisível, guia, orienta o comportamento daqueles que se encontram engajados no processo comunicativo, não obstante o nosso esforço para, muitas vezes, eliminá-la. Os traços de solidariedade e de tolerância encontrados na cooperação são intrínsecos à natureza da linguagem humana e, como tais, são aspectos constitutivos do nosso ser. Por isso que, em meio a tantas incompreensões, que fazem nascer as guerras com suas trágicas conseqüências de fome, de dor, há sempre o desejo de paz.

Uma educação para uma cultura de paz é, antes de tudo, uma educação que vai ao encontro de características profundas que fazem parte da constituição do homem. Não se educa à solidariedade e à tolerância,

¹ Universidade Federal da Paraíba

porque são princípios bonitos, nobres, mas porque são necessários à constituição humana, à vivência em sociedade. Precisamos difundi-la, mas, sobretudo, vivê-la, pois só através de uma cultura de paz garantiremos um futuro justo, pacífico e viável para todos.

De acordo com a LDB, em seu Art. 32, que trata do ensino fundamental, “é tarefa da educação envolver todos os aspectos da vida humana, tendo por base os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana, cuja finalidade é o pleno desenvolvimento do educando, ou seja, o seu preparo para o exercício da cidadania”. Na formação básica do cidadão, procura-se fortalecer os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e a tolerância recíproca, princípios que sustentam a vida social.

A solidariedade e a tolerância recíproca têm, em sua base, a cooperação e todos esses três princípios são requisitos necessários para a construção da paz. Esses princípios, que são essenciais à vida humana, podem ser olhados sob várias perspectivas: sociológicas, psicológicas, filosóficas, etc. Nesse artigo, serão enfocados sob a ótica da lingüística, que é a ciência da linguagem, e tentaremos mostrar como essas normas fundamentais à vida humana estão presentes na constituição de nossa linguagem.

Um dos pensadores que revolucionou a concepção de linguagem no séc. XX foi o filósofo russo Mikhail Bakhtin². Sua concepção de linguagem assenta-se no contraste eu/outro. Esse contraste do eu/outro se espelha no mundo natural. Os cientistas que estudam as formas microscópicas de vida usam um critério muito simples para decidir se uma das minúsculas formas é a matéria morta ou tecido vivo. Se a forma tem a capacidade de

² Mikhail Bakhtin. Filósofo russo. Nasceu em 1885 e faleceu em 1975.

reagir a um dado estímulo, como a luz, por exemplo, ela é viva. Se não sofre mudança em presença de circunstâncias alteradas, está morta.

Em conseqüência desse raciocínio, responder ao ambiente é em si mesmo sinal de vida. O que quer que gere uma resposta particular do organismo em uma situação específica é sinal de vida. Também os seres humanos são chamados a reagir a estímulos. E é isto que, em nível mais alto de complexidade, nos seres humanos, é chamado de self (Bakhtin, 1986). O self, para Bakhtin, não tem significado em si mesmo, sem o ambiente externo para envolver e testar sua capacidade de responder. Tanto o elemento mais primitivo quanto o homem não podem viver isolados, precisam do elemento externo para se manter vivos.

Ainda, segundo Bakhtin (1986), o corpo humano é uma organização de subsistemas, cada um dos quais composto, por sua vez, de celular individuais, todas interagindo uma com a outra em uma comunidade de linguagens constantemente inter-relacionadas. Da mesma maneira que todos esses subsistemas interagem um com o outro, o sistema integrado, que eles constituem em sua totalidade, interage socialmente com outras pessoas. O autor ressalta, ainda, que determinados animais respondem sempre de um mesmo jeito, por exemplo, o latido do cão quando alguém desconhecido se aproxima, com o ser humano isso é diferente, pois, mesmo quando uma situação se repete entre os entes humanos, não podemos saber como cada um vai responder.

Para Bakhtin (1986), o caráter distinto de cada resposta é a forma específica de responder de cada pessoa. Não há meio de um organismo vivo evitar a capacidade de dar resposta, uma vez que a própria qualidade que define se alguém está vivo é a capacidade de rea-

gir ao ambiente, que nada mais é do que um constante responder. A cadeia total dessas respostas compõe uma vida individual. O autor conclui explicando que assim como, no nível mais simples, os protozoários necessitam da solução em que ficam nadando para alimentar-se, da mesma forma, em um nível mais complexo, os *selves* (os eus, os homens) necessitam de um estímulo da alteridade do mundo social a fim de sustentar sua capacidade de resposta. Isso quer dizer que o modo como o homem se constrói é sempre com a ajuda do externo, do outro. Para que nós sejamos, precisamos do outro, do externo. Isso implica que nossa relação com o mundo é essencialmente comunicativa, que a natureza dos seres humanos é essencialmente dialógica.

Também nossa linguagem é essencialmente dialógica. Como nós veremos, ela constrói-se no diálogo com os outros e com base nos princípios da cooperação. Vejamos essa essência nas concepções da linguagem.

2. Concepções de linguagem

Hoje, têm-se levantado três possibilidades distintas de se conceber a linguagem. A primeira concepção, que nasce na Grécia antiga, vê a linguagem como *expressão do pensamento*. Para essa concepção, as pessoas não se expressam bem, porque não pensam. A expressão se constrói na mente, sendo sua exteriorização apenas uma tradução. A enunciação é um ato monológico, individual, que não é afetado pelo outro nem pelas circunstâncias que constituem a situação social em que a enunciação acontece. Essa teoria repousa num dualismo entre interno (consciência) e o externo (ato de expressão) com primazia explícita do conteúdo interior, já que todo ato de expressão origina-se do interior para o exterior. Coloca

em destaque a função comunicativa. Centrada no locutor, fazendo do indivíduo o princípio e o fim da linguagem em detrimento da função comunicativa. Essa concepção não leva em consideração o processo da interação como um todo.

A segunda, baseada em Saussure, vê a linguagem como *instrumento de comunicação*. A língua é vista como um código, ou seja, como um conjunto de signos que se combinam segundo regras e que é capaz de transmitir uma mensagem de um emissor a um receptor. Aqui, os interlocutores e situação de uso não são considerados. Coloca-se em primeiro plano o sistema abstrato da língua. Essa é uma visão monológica e imanente da língua, que a estuda segundo uma perspectiva formalista, que limita o estudo ao funcionamento interno da língua e a separa do homem no seu contexto social.

A terceira concepção formulada por Bakhtin percebe linguagem como *processo de interação*, como forma de diálogo. Para essa teoria, o indivíduo ao usar a língua, além de exteriorizar pensamentos, transmitir informações, realiza ações, age sobre o mundo e sobre o interlocutor. Para Bakhtin (1986) *não é a atividade mental que organiza a expressão mas o contrário*. Assim, o meio social determina o interior. A comunicação só existe na reciprocidade do diálogo e este é muito mais que a simples transmissão de mensagem. Cada ser humano, independentemente de classe, raça, sexo, é constituído de linguagem, é formado por ela e ajuda a formá-la. Viva no cotidiano, está em constante mudança na boca daqueles que a utilizam. São muitos a usá-la de diferentes maneiras. Para Bakhtin, toda enunciação é dialógica na medida em que é determinada por um conjunto de produções anteriores e apresenta-se necessariamente como uma palavra dirigida ao outro.

Não falamos ao vazio, falamos sempre para o outro, com o outro. E o interlocutor, como é visto nesta concepção? O interlocutor, aqui, é sempre chamado a dar sua contribuição. A fala do locutor tem origem na audiência, à medida que esta o encoraja ou o desanima através de seu comportamento, dos atos de fala proferidos ou dos sinais de ouvintes realizados durante a interação. É com base na atitude da audiência que o locutor prepara o próximo passo a ser dado. Os argumentos vão tomando forma a partir das hesitações do ouvinte, de suas objeções, explicações, contestações. No curso do diálogo, a audiência é quem aponta a próxima estratégia a ser usada, é quem define o movimento seguinte a ser executado. Por isso, nossa fala é dinamicamente construída e não deve ser vista exclusivamente do ponto de vista de quem a elabora ou de quem a recebe. Assim, acompanhando o lingüista Vion (1992), não falaremos mais de destinatário, mas de co enunciador, pois veremos nas funções da interação como enunciador e co-enunciador estão profundamente envolvidos.

3. Funções da interação.

Para a concepção interacionista, a linguagem é um ato social pelo qual os membros de uma comunidade interagem. E o que vem a ser interação? A interação é o articulador entre o sujeito e o social. Segundo Vion (1992:94), são quatro as funções da interação: construção de sentido, construção da relação social, construção das imagens e gestão das formas discursivas. Vejamos cada uma delas.

a) *A construção do sentido*

A produção de sentido exige um trabalho interativo constante. Os processos de co-adaptação, de reformula-

ção, de explicação constituem alguns dos aspectos dessa tarefa conjunta. Esse trabalho intersubjetivo contínuo permite engendrar os sentidos que são decorrentes dos sujeitos e do curso que eles dão à interação. Quando se fala em sentido, entra-se na ordem dos valores culturais transmitidos. A reapropriação desses elementos culturais no desenvolvimento da interação constitui uma das razões de sua modificação. A interação, desse modo, diz respeito à produção e à reprodução dos valores culturais. Acrescenta Vion (1992):

“enquanto ela procede da reprodução de significações pré-estabelecidas, a interação participa da justificação e da estruturação da ordem social pré-existente. Enquanto reatualiza e reconstrói essas significações dos valores culturais e, em consequência, ela modifica a ordem social” (Vion; 1992:94-95).

Assim, na medida em que o sentido, os valores, os conceitos resultam da interação, também esses mesmos valores modificam-se através de seu funcionamento, sendo, portanto, uma rede de influência recíproca.

b) A construção da relação social

A segunda função que se manifesta no desenvolvimento da interação diz respeito à organização das relações sociais entre os sujeitos. Comunicar implica aos sujeitos falarem de posições sociais e darem continuidade a esses papéis. Ora, na medida em que falar é tomar um lugar, desempenhar um papel (de mãe, de pai, de esposa, de professor, de amigo, de concorrente, etc), pode-se dizer que interagir é construir relações de lugares, os quais explicitam a relação social entre pelo menos dois indivíduos. Desse modo, cada um dos participantes de

uma interação, muitas vezes inconscientemente, desde o primeiro momento do encontro, coloca-se enquanto um “eu” social e contribui para definir, juntamente com o outro, o tipo de relação na qual se encontram engajados. Estas duas funções, produção de sentido e construção de relações sociais, correspondem à distinção entre conteúdo e relação (Bateson, 1998) e estão profundamente interligadas, pois a relação social é um elemento determinante na produção de sentido.

c) *A construção da identidade.*

A interação contribui diretamente para a construção do sujeito e de sua identidade. Esta função está voltada para a construção do “eu”. Alguns estudiosos mostram que a construção do “eu” acontece quando o sujeito se socializa, isto é, quando entra em contato com os outros seres. Relacionando-se com os outros, o indivíduo vai edificando o seu próprio tecido social. Vion (1992) explica esse processo, citando Habermas:

“Do ponto de vista funcional da intercompreensão, a atividade comunicativa serve para transmitir e renovar o saber cultural; do ponto de vista da coordenação de ação, ela preenche as funções da integração social e da criação de solidariedade; enfim, do ponto de vista da socialização, a atividade comunicativa tem por função formar as identidades pessoais” (HABERMAS, 1987, apud Vion; 1992:95).

Em Bakhtin, essa função é muito clara, o processo de tomada de consciência do sujeito se dá nas relações interativas do eu com o outro, com a palavra do outro, na internalização dessa palavra, num processo ininterrupto e sempre inacabado.

d) *A gestão das formas discursivas.*

Como já foi dito anteriormente, pela linguagem edificamos nosso pensamento, damos vida às emoções, entendemos as experiências cotidianas. Assim, a construção conjunta de formas linguísticas conduz o sujeito a produzir sentido, relações sociais e a própria identidade. Em outras palavras, conforme Vion (1992), a linguagem concorre para a constituição dos sujeitos, dos sentidos e dos lugares sociais, por isso chama-se constitutiva da realidade social. É ela quem estabelece a ligação entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, feita pelo discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. Em última instância, a aptidão para o homem se inscrever no mundo se dá por intermédio da gestão das formas discursivas.

Pelas funções da interação, podemos constatar que estamos ligados aos membros de nossa comunidade muito mais do que imaginamos.

4. O diálogo

E no nível do diálogo propriamente dito? Como é vista a questão? Nós veremos que, segundo alguns autores, ele é construído com base nos princípios da cooperação, que está na raiz da paz.

Na conversação, entre os diferentes papéis que desempenhamos existem dois que estão sempre presentes: os de companheiros e os de adversários. Sabe-se que o diálogo é produto de um trabalho de cooperação e de competição. Esses dois componentes são avalia-

dos diversamente, segundo diferentes autores. Alguns acreditam que o diálogo é um processo cooperativo, que visa a um consenso, a uma junção dos participantes, portanto sua base é a harmonia. Outros vêem o diálogo como um tipo de luta pelo poder, em que falar é fazer valer sua visão e se fazer valer. Por esse ângulo, é o conflito, a competição que dá a sustentação a todo o processo discursivo. André-Larochebouvry (apud KERBRAT-ORECCHIONI, 1990) crê que a base do processo interacional se assenta na cooperação e ilustra a convivência desses dois pólos com a metáfora do jogo.

“A partir do momento em que dois jogadores se aceitam como parceiro ou como adversários, eles cooperam conjuntamente para a realização do jogo, [...] Quando duas ou várias pessoas se engajam e mantêm uma conversação, elas cooperam necessariamente para o desenvolvimento da interação[...]. Uma polêmica mesmo resulta da cooperação” (André-Larochebouvry apud Kerbrat-Orecchioni; 1990:153).

A própria comunicação conflitual necessita da cooperação, por isso hoje a cooperação é vista como marca da sobrevivência do diálogo, já que é indispensável à manutenção do jogo da interação. Vejamos como isso acontece mais especificamente. Partindo do pressuposto de que falar é praticar um ato social, Grice, (apud GUMPERZ, 1982), afirma que os diálogos entre os participantes de um evento de fala não são, sob pena de perda do seu caráter racional, “uma sucessão de observações desconectadas”. Pelo contrário, os diálogos, para Grice, são marcados pelos esforços *cooperativos* entre os interlocutores e cada participante partilha com o outro um propósito ou uma série de propósitos em relação à comunicação. Em sua visão, ser cooperativo é um pressuposto básico da teoria pragmática e, em sendo cooperativo, o falante esforça-se para compreender

a intenção pretendida pelo seu parceiro numa atividade comunicativa.

Também para Gumperz (1982), a cooperação é um pré-requisito para a contextualização dos significados. Gumperz observou que parte da interação é justamente a negociação das pressuposições, dos implícitos instaurados entre os participantes. Com base nessa observação, a comunicação não pode ser possível se não há acordo, *cooperação*, entre os participantes sobre o que está acontecendo na interação. No diálogo, os interlocutores realizam interpretações, inferências, negociadas entre falante e ouvinte, na construção de uma conversação, para confirmar ou mudar seus julgamentos anteriores. Os processos de inferência de significados são derivados dos esquemas sócio-culturais aprendidos com o tempo através da interação entre indivíduos e eles são necessários em qualquer tipo de conversação.

Brait (1993) mostra que os interlocutores se revezam na condição de falante e ouvinte, de sujeito comunicante e sujeito interpretante. A primeira consequência a ser tirada dessa troca diz respeito à mecânica da interlocução: o sujeito interpretante não reconstrói pura e simplesmente as significações produzidas pelo sujeito comunicante. Como há o revezamento das posições, cada um dos participantes interage parcialmente no projeto de construção de sentido do outro. Isso significa, para Brait, dimensionar a interação verbal como uma atividade *cooperativa*, que implica um conjunto de movimentos coordenados da parte dos participantes. Poderíamos acrescentar mais nomes a essa lista que defende a cooperação como base do diálogo.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3 ed. São Paulo; HuteC, 1986.

BRAIT, Beth. O processo interacional. In: PRETI, Dino (Org) *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1987.

_____(org). Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: *Bakhtin, dialogismo e a construção do sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

CLARC, Katerina, *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

KERBRAT -ORECCHIONI, Catherine, *Les interactions verbales*. Vol. I Paris, Armand Colinn, 1990.

_____, *Les interactions verbales*. Vol. II Paris, Armand Colinn, 1990.

GUMPERZ, John J. *Convenções de contextualização*. In: RIBEIRO.

Branca Telles (org), *Sociolingüística interacional*. São Paulo: Edições Loyola. 2002.

SIQUEIRA, Valmir Ascheroff, (org) *Lei de diretrizes e bases da educação*.: Lei 9.394/96. Rio de Janeiro: Esplanada, 1998.

VION, Robert. *La communication verbale*. Analyse des interactions, Paris: Hachette, 1992.

CONCLUSÃO

Os textos apresentados neste livro são uma contribuição para edificar uma Cultura da Paz, respondendo a este anseio presente em todos os povos.

Estabelecendo como princípio e ponto de partida, “A Arte de Amar”, resgatam-se os valores autenticamente humanos, como a fraternidade e a solidariedade.

As experiências realizadas e citadas no histórico do presente volume permitem a gratificante constatação, entre os seus atores, de mudanças de atitudes, convivência pacífica com relacionamentos inter-pessoais positivos.

Nos textos um e dois, discursos proferidos por Chiara Lubich em ocasiões especiais, apreende-se, numa linha universal, a linguagem da espiritualidade de comunhão, promotora de paz.

Nos textos três, quatro e cinco, prosseguem as reflexões para aprofundamento da Pedagogia da Unidade, enriquecida pela especial contribuição da Pedagogia de Paulo Freire.

Finalmente o bloco constituído pelos textos seis, sete e oito, apontam diretrizes para uma possível prática construtora de paz.

A este primeiro volume se somarão outros três que trarão como substrato as formulações teóricas aqui apresentadas.

Resta-nos afirmar a nossa esperança na utopia de um “mundo novo”, unido e na paz. Essa realização é um processo que exige determinação, entusiasmo e compromisso. Como educadores, temos a tarefa específica de expressar em palavras e ações esta esperança que nos anima.

Gilda Maria Lins de Araujo
Maria José de Matos Luna

BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Simone Gonçalves de. *Crescer sem violência: um desafio para educadores*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

AGUILLERA, Beatriz. et. al. *Educar para paz: Una propuesta posible*. Madrid: CYAN, 1990. Seminário de Educación para la Paz – APDH – CIP.

BOFFF, Leonardo. *A oração de São Francisco: uma mensagem de paz para o mundo atual*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiane. *A formação de educador visando à cultura de paz*. Rio Claro: UNESP, 1994.

CEADPAZ (Centro de Educação para Paz) _ Curso: Aprender a educar para paz, 2004. *Compêndio de materiais didáticos. Conceitos Fundamentais em educação para a paz*: Módulo I; Disponível em: http://www.ceadpaz.org.br/curso_aprender.htm acessado em 25.maio.2004.

_____. *História, importância e fundamentos de educação para paz*; módulo II; Disponível em: http://www.ceadpaz.org.br/curso_aprender.htm Acessado em: 19. Junho. 2004.

_____. *Fortalecendo pessoas para serem ativistas de não violência*; Módulo III; Disponível em http://www.ceadpz.org.br/curso_aprender.htmz Acessado em:29.maio.2004.

CUNHA, Maria Izabel. *O bom professor e sua prática*. 2.ed. Campinas: Papyrus, 1992.

DANUIS, Roberto. *Educar para paz: subsídios para um projeto pedagógico*. In: BOBSIN, ONEIDE, ZWETSCH,

-
- Roberto (Orgs). *Prática Cristã: novos rumos*. São Leopoldo: Sinodal 1999. p. 120-139.
- DE LORS, Jacques (org). *Os quatro pilares da educação*. In.: *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC, UNESCO. 1998.P.103-117.
- DREW, Naomi. *A paz também se aprende*. Traduzido por Sílvia Cerqueira Leite. São Paulo: Gaia, 1990.
- FREIRE, Madalena. *A paixão de conhecer o mundo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____, *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____, *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.
- _____: FREIRE, Ana Maria Araújo (Org). *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: UNESP, 2001.
- GILES, Thomas Ransom. *História da Educação*. São Paulo: E.P.U, 1987.
- GUIMARÃES, Marcelo R. *Cidadãos do presente; crianças e jovens na luta pela paz*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- _____. *Um novo mundo é possível: dez boas razões para educar para paz, praticar a tolerância, promover o diálogo inter-religioso, ser solidário, promover os direitos humanos*. São Leopoldo: Sindonal, 2004.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: perspectivas*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- HICKS, David (Comp.) *Educación para la paz: cuestiones, principios y práctica em el aula*. Madrid. Educaciones Morata, Ministério de Educación Y Ciência, 1993.
-

JARES, Xesús R. *Educação para paz: sua teoria e prática*. 2.ed. Porto alegre: Artmed, 2002.

MALDONADO, Maria Tereza. *Os construtores da paz: caminhos da prevenção da violência*. São Paulo. Moderna, 1997.

_____. *A prevenção da violência na família e na escola*. Disponível em: http://www.ceadpaz.org.br/curso_aprender.htm> acessado em 20.maio.2004.

Manifesto de Sevilla. Texto traduzido por Beatriz Didonet Nery. Disponível em www.ipaz.org/declarações/manifestodeservilla.htm acessado em: 22 de abril. 2004.

MARQUES, Circe Mara. *Educar para paz: um projeto viável na educação infantil*. São Leopoldo: IEPG, 2000. Monografia do Curso de Especialização.

MCLAREN, Peter. *Um legado de luta e de esperança*. In: Pátio, Porto Alegre, n. 2, ano 1, p.10-13, agost./out., 1997.

MONDADORI,Arnoldo. *La dottrina Spirituale*. Traduzido por Iramii B. Silva.São Paulo. Cidade Nova, Brasiliense.2003.

MULLER, Jean-Mairie. *O princípio da não-violência: percurso filosófico*. Trad. Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

_____. *Vocabulário da não-violência*. Trad. Ana Lúcia de Jesus. São Paulo: Loyola, 1991.

Por uma cultura de Paz. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, [s.d.].

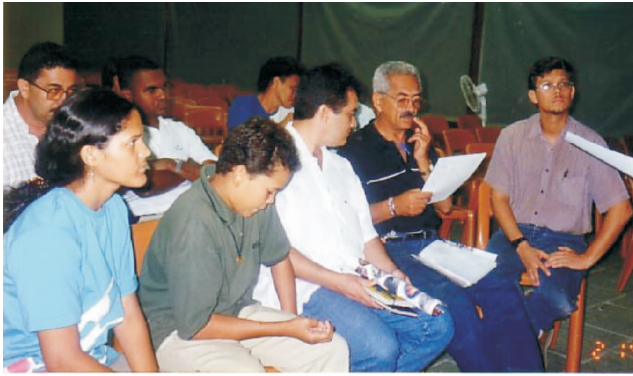
RIZZI, Leonor; HAYDT, Regina Célia. *Atividades lúdicas na educação para paz*.São Paulo: Ática, 1997.

SORGI Tommaso, "Costruire il sociale - la persona e i suoi piccoli mondi", Ed. Città Nuova, 1991 - Roma

UNESCO. Manifesto 2000. Cultivemos a Paz. Brasília: UNESCO, 2000.

ZAGURY, Tânia. Educar sem culpa: a gênese da ética. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

ZAVALETA, Esther de. Educação para a convivência. São Paulo. Editora Ave Maria, 1999.



O Prefeito de Igarassu Yves Ribeiro de Albuquerque, recebe os jovens do movimento juvenil pela unidade e aprecia a proposta de solicitação da inclusão da disciplina Educação para Paz na grade curricular do mesmo município.

Professores em Encontro de capacitação e formação de grupo de trabalho para articulação e contatos com os agentes envolvidos na experiência.



Alunos da Escola José Luiz de Barros contam experiências de vivências de **Cultura da Paz**.

Imprensa divulga violência nas escolas de Pernambuco

setembro de 2004 **VidaUrbana**

Escola estadual ameaçada

Galerias estariam agindo livremente em unidade na Zona Norte do Recife

Diretora, professores e alunos da Escola Estadual Álvaro Lima, no bairro de Nova Descoberta, denunciaram ontem a falta de segurança no estabelecimento. De acordo com eles, a instituição vem sendo alvo de gileta, que palam o muro do local em pleno dia para consumir drogas, ameaçar e agredir os estudantes. Semana passada, um dos alunos precisou ser socorrido ao hospital com um corte na cabeça, após ser atingido no pátio com uma porrete. A diretoria quer que o Governo do Estado instale um posto de patrulha escolar no local, para cobrir a ação dos suspeitos.

Na opinião da vice-diretora, Aneza Santos de Lima, o fato de não existir o policiamento fino vem facilitando a presença dos invasores. "Sempre que acontece alguma coisa, chamamos a patrulha, mas não demos queixa", disse, após a reunião de ontem, entre representantes dos pais, professores, alunos e o coordenador de segurança da rede estadual de ensino, major Wilton Andrade.

Com Ensino Fundamental de 5ª



Muro não impede presença de invasores e direção quer patrulha

a 8ª série e Ensino Médio, a Álvaro Lima possui cerca de 2,8 mil alunos matriculados. Diante da situação, os estudantes já ameaçaram até parar de ir à escola como forma de protesto. "Se eles realmente fizerem isso, vamos apoiar. Não há condições de continuar dessa forma. Uma professora já chegou até a ver um descombinado estran-

do com uma arma", disse Aneza. Segundo o diretor, Cláudemir dos Santos, o grupo chegou a arrancar os fios dos postes instalados no interior do pátio para deixar tudo escuro. "À noite, ninguém exerce aqui", disse ele. "Eles consomem drogas aqui na parte de trás do pátio dia e noite. Às vezes os professores não dão aulas porque ninguém o-

cheiro", reforçou Natanael Silva, que ensina História na escola.

Os invasores também já chegaram a ameaçar alunos para pegar a merenda. "A gema já detrou de fazer educação física porque eles ficam no pátio e jogam pedra em quem se aproxima. Já fiz cinco semanas que estamos assim", contou uma estudante da 5ª série. O aluno agredido é da 1ª série do Ensino Médio. Seu agressor não foi identificado.

Patrulha - De acordo com o major Wilton Andrade, o erro foi não terem feito queixa das ocorrências na delegacia. "Só sabemos que existe um problema quando as pessoas nos informam. Precisamos da participação da comunidade no bloqueio-denúncia, ou até para a Patrulha Escolar", disse. De acordo com ele, existem 870 policiais militares na Região Metropolitana do Recife integrando a patrulha escolar atualmente, sem perspectiva de ampliação. "Já tomamos a providência imediata de incluir a escola na ronda da Patrulha", afirmou.

DEZEMBRO DE 2000

Igarassu

Jovens querem incluir a paz no currículo escolar

Proposta deve ser levada a todo o país

Um grupo de jovens ligados ao Movimento Folclorare está com uma iniciativa inédita. Eles estão lutando para a implantação da disciplina "Educação para a Paz" nas escolas públicas e privadas. Dois jovens de Igarassu ligados ao movimento — Cristiane Maria Gomes e Danilo Martins de Oliveira, estiveram no Japão, em julho passado, para participar da 1.ª Conferência Juvenil para o Futuro e voltaram de lá com a proposta pacifista. No dia 11 deste mês, eles estiveram na Câmara Municipal de Igarassu, para solicitar a-

poio dos vereadores para sua proposta.

O sonho dos jovens não será de fácil realização, pois a inclusão de uma nova disciplina acarretaria mais despesas para a educação, como contratação de novos professores e compra de material didático. Melhor seria inseri-la na disciplina Educação Religiosa, que já existe a partir do ensino fundamental. Mas os jovens não aceitam a proposta. Eles querem a disciplina incluída desde o ensino fundamental até a Universidade.

Educação para Paz é a proposta apresentada por jovens de Igarassu.

Igarassu é o primeiro município a promulgar um Projeto de Lei onde a Educação para Paz é implantada como disciplina.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho - Igarassu - Pernambuco

PROJETO DE LEI Nº 255/2000

LIDO NO _____

Igarassu

Ementa: Dispõe sobre a inserção no "Currículo Escolar das Escolas Municipais, da Educação para a Paz e dá outras providências.

Art. 1º - Insere-se ao Currículo Escolar das Escolas Municipais à Educação para a "Paz".

Art. 2º - A Secretaria de Educação do Município promoverá simpósios, seminários e encontros para capacitar os profissionais da Sec. de Educação, em relação a Educação para a Paz.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal, promoverá atividades sócio culturais que despertem nos jovens nas famílias e nas comunidades, o interesse por uma cultura de Paz.

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a criar o Conselho Municipal em favor da Educação com a seguinte composição para acompanhar a presente Lei:

Aprovado em _____ discussão
Por _____
sala das sessões _____
Um representante do Poder Executivo
Um representante do Poder Legislativo
Três representantes de Organizações não Governamentais Municipais que desenvolva atividades em favor da cultura de Paz
O Presidente e o Secretário do Conselho serão eleitos Pelos membros do Conselho.

Art. 5º - O mandato dos membros do Conselho será de dois (02) anos.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Igarassu, em 15 de agosto de 2000.

Aprovado em _____ discussão

Por _____

sala das sessões _____

A SANÇÃO

EM 25/08/2000

A) _____

ii) Valdemir Nunes de Souza
Autor



Participação dos jovens brasileiros na *1ª Conferência Juvenil para o Futuro*, no Japão. Após a apresentação das danças brasileiras, jovem entrega lembrança do Brasil para Chiara Lubich.

Educação para a Paz é disciplina em escola municipal

Esta perspectiva abre um espaço para as análises conjuntural e estrutural da problemática da violência. Suas formas e dimensões se constituirão num desafio para encontrar caminhos de superação, através de uma conscientização global e de atitudes permanentes junto ao educando, para a busca de soluções pacíficas e fraternas para os conflitos na escola, na família e na comunidade.

A proposta originou-se da *1ª Conferência Juvenil para o Futuro*, realizada em julho de 2000, na Terra Sagrada de China-Japão. Contou com a participação de representantes do Movimento Juvenil pela Unidade, composto de adolescentes dos cinco continentes que se dedicam à construção do mundo unido e do Movimento Humanidade Nova, coordenado por adultos e difundido nos cinco continentes com a finalidade de construir uma sociedade nova. Esses movimentos discutem a paz, em todos os campos das ciências, e partilham suas experiências de construtores do mundo unido.

Após a participação de representantes brasileiros do Movimento Juvenil pela Unidade, nesta primeira conferência, os adolescentes tiveram a iniciativa de buscar, junto aos representantes políticos (Congresso Nacional, assembleias legislativas e prefeituras), o compromisso para elaboração de projetos de promoção da paz no nosso país. Por esse caminho, um grupo articulou-se com os representantes públicos mais próximos, Câmara de Vereadores e Prefeitura de Igarassu, e lançou a proposta de inserção da disciplina **Educação para a Paz** na Matriz Curricular do Ensino Fundamental do Município. A Lei nº 2.351, de 28 de dezembro de 2000, consolida a proposta em projeto.

O projeto da inserção da disciplina, a ser iniciado na

Educação Infantil e no Ensino Fundamental, objetiva formar uma consciência de solidariedade social que contribua para o crescimento moral e a aquisição de valores éticos que guiem o comportamento do indivíduo na família e na sociedade. **A escola é o lugar mais adequado para a disseminação de valores humanistas, é onde se adquirem habilidades e se forjam projetos de vida.** Com essa concepção, o processo de ensino-aprendizado amplia-se na prioridade do saber pelo **pensar e fazer**, como também do **ser e conviver**, promovendo, assim, harmonia entre as exigências do indivíduo e da sociedade, favorecendo o enriquecimento coletivo na cooperação e fraternidade.

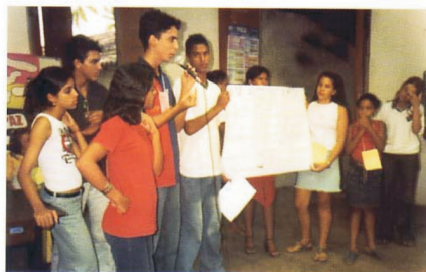
O projeto foi implantado como experiência-piloto em duas escolas da Rede Municipal de Igarassu-PE (**Escola Maria Cecília Vaz e Escola José Luiz de Barros**), com envolvimento de todos os segmentos da escola, e constou das seguintes etapas:

- 1ª etapa – Formação de um Grupo de Trabalho para articulação e contatos com todos os envolvidos nos movimentos pela paz e com representantes da Secretaria de Educação do município.
- 2ª etapa – Sondagem do projeto, com discussão em todas as instâncias educacionais (escola, famílias e comunidade).
- 3ª etapa – Capacitação dos professores envolvidos na experiência-piloto.

A Escola Santa Maria está localizada na Mariápolis Santa Maria, em Igarassu, cidade da Região Metropolitana do Recife (PE). Foi fundada pelo Movimento dos Folclores em 1967 e sua filosofia pedagógica pauta-se nos princípios da construção de uma Cultura da Paz.



Alunos e professores no primeiro treinamento para capacitação dos professores envolvidos na experiência-piloto.



Alunos e professores coordenadores do projeto para a inserção da disciplina Educação Para a Paz na matriz curricular do Ensino Fundamental.



4ª etapa – Desenvolvimento da proposta curricular a partir das etapas anteriores.

Como Proposta Curricular, a disciplina **Educação para a Paz** foi desenvolvida e fundamentada nos seguintes pressupostos:

- * Ser um processo **sistemático**: aulas semanais com carga horária de trabalho correspondente às das outras disciplinas.
- * Ser um processo **globalizado**: a formação do educando deve envolver a escola, a família e a comunidade.
- * Ser um processo **transformador**: integrar formação e ação, conduzindo o aluno a ser agente e construtor de paz no seu ambiente.

O projeto de inserção da disciplina visa contribuir para a formação integral do educando, capacitando-o para ser um agente promotor da paz, desenvolvendo valores éticos que fundamentem e estimulem uma cultura da não-violência nas suas relações interpessoais e sociais, oferecendo, para tanto, oportunidades que viabilizem experiências e vivências para uma educação de qualidade.

Para o cumprimento desses objetivos, o projeto apresenta, como experiência-piloto, os seguintes princípios:

- * A Paz não é apenas o fim de conflitos; a paz é um comportamento: reconhecer e valorizar a paz com fundamento na existência humana, através dos temas *Direitos Humanos – Direitos*

da Criança, Valores Universais, etc.

- * Despertar a criticidade diante de situações ideológicas e desumanas, através dos temas: agressões à vida — diante de preconceitos, desemprego, etc.
- * Exercitar a autodeterminação diante das influências do consumismo, das informações transmitidas pela mídia, através de violência (divulgada e silenciada), da invasão cultural pela TV, etc.
- * Valorizar os fenômenos religiosos emergentes na cultura brasileira e predispor ao diálogo, superando os preconceitos de anticonfessionalismo, através de temas como: fenômenos religiosos, religiões, etc.
- * Formação de atitudes afetivas, sociopolíticas e relações interpessoais, através de **temas como**: sexualidade — na família, no bairro, na escola, na cidade —, de organizações estudantis, militância, etc.
- * Despertar consciência ecológica, através de temas como: meio ambiente, educação e comunidade — agressores à vida, etc.

Este projeto fundamenta-se na experiência da Escola Santa Maria, cuja metodologia se desenvolveu a partir dos processos de reflexão e vivência de valores, como a partilha e a solidariedade, por parte de todos os profissionais e das pessoas da comunidade, apresentando um resultado eficaz no trabalho social inovador e viável para nossa sociedade.

Autoras:

Maria de Lourdes Cavalcanti, Margarida Mendonça, Lúcia Cardoso, Gilda Lins, Maria José Luna, Mirian Cardoso Borges e Corine Raboud.

REPERCUSSÕES DO PROJETO



Secretário de Educação de Igarassu **José Francisco dos Santos Filho** (Chico) participa ativamente dos Encontros de Formação da Comunidade Acadêmica para a inserção da disciplina **Educação Para Paz**.



Formação de Docentes, Dirigentes e Técnicos da Secretária de Educação do Município de Neópolis (SE)



Expansão do Projeto chega até Vargem Grande/SP. Na ocasião, o prefeito escuta atentamente e depõe: “É importante que o projeto tenha-se transformado em Projeto de Lei, pois não ficará atrelado à vontade política”.

Diretora de ensino da Secretaria de Educação de Igarassu **Jaqueline Moreira da Silva**, compartilha experiência com grupo de professores.



Professoras reunidas com a equipe de Humanidade Nova pensando a construção da proposta Curricular da Disciplina Educação para a Paz.

Diretora de Ensino, **Jaqueline Moreira da Silva** e equipe recebem o grupo de formadores multidisciplinar da disciplina **Educação Para Paz**.



Experiência é apresentado em curso “Educação para os Direitos Humanos” da Universidade Federal de Pernambuco, a convite da presidente da comissão de Direitos Humanos da UFPE, Professora Gilda Lins.

INFORMAÇÕES GRÁFICAS

TIPOLOGIA
Book Antiqua
Viner Handi ITC

Editora
Universitária  UFPE

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 Várzea
Fones: (0xx81) 2126.8397 2126.8930
Fax: (0xx81) 2126.8395 CEP: 50.740-530
Recife - PE
editora@ufpe.br - edufpe@nlink.com.br
www.ufpe.br/editora

“Todo povo, toda pessoa sente um profundo desejo de paz, de concórdia, de unidade. Mesmo assim, apesar dos esforços e da boa vontade, após milênios de história, continuamos incapazes de manter uma paz estável e duradoura(...) O mundo só muda se nós mudarmos. É verdade que devemos trabalhar - cada um de acordo com as próprias possibilidades – para solucionar os conflitos, para elaborar leis que favoreçam a convivência das pessoas e dos povos. Mas é sobretudo colocando em evidência aquilo que nos une, que poderemos contribuir para criar uma mentalidade de paz e trabalhar juntos para o bem da humanidade. Se testemunharmos e difundirmos valores autênticos tais como a tolerância, o respeito, a paciência, o perdão, a compreensão, então as outras atitudes que contrastam com a paz desaparecerão por si mesmas. A construção da paz exige de nós coração e olhos novos para amar e ver em cada pessoa um candidato à fraternidade universal(...)”

Chiara Lubich